

Dívida Pública Interna ultrapassou 26,7 por cento do Produto Interno Bruto e continua aumentar

A Dívida Pública Interna, que em 2017 ultrapassou os 26 por cento do Produto Interno Bruto, continua a aumentar, entre Dezembro de 2018 e Janeiro de 2019 cresceu em mais 509 milhões de meticais de acordo com o Banco de Moçambique (BM).

Texto: Adérito Caldeira

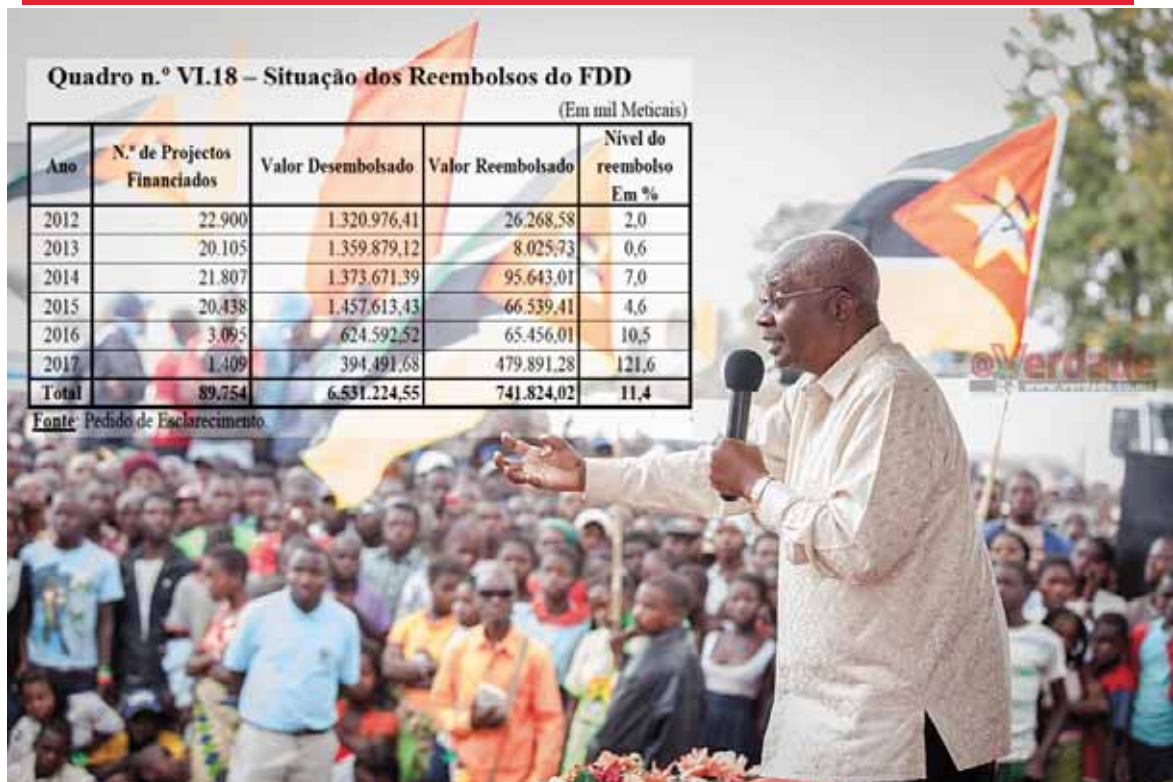
"Informação de Janeiro mostra que o fluxo da dívida pública interna contraída com recurso a Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e adiantamentos do Banco de Moçambique aumentou, desde o último CPMO, em 509 milhões de meticais, passando o saldo para 112.525 milhões de meticais" indica o comunicado de imprensa da primeira sessão do Comité de Política Monetária do banco central. O @Verdade apurou que o aumento foi de Obrigações de Tesouro, no montante de 601 milhões de meticais, que foi contrabalançado pela redução da utilização de Bilhetes do Tesouro na ordem de 92 milhões de meticais, o que colocou o stock da Dívida Pública Interna nos 12,4 por cento do Produto Interno Bruto.

No entanto o BM já deixou claro que estes montantes da Dívida Pública Interna que monitora não tomam em consideração outros valores "tais como contratos mútuos e de locação financeira, assim como responsabilidades em mora".

No entanto o @Verdade descortinou, no Cenário Fiscal do Médio Prazo 2019-2021, que o Ministério da Economia e Finanças, contabilizando os títulos do Tesouro, os adiantamentos do BM e algum do endividamento das Empresas Públicas colocou o stock da Dívida Pública Interna, em 2017, em 26,7 por cento do Produto Interno Bruto.

À falta de informação oficial é plausível projectar que adicionando o endividamento de 2018 o stock poderá estar próximo dos 30 por cento do Produto Interno Bruto. Aliás o Executivo projectou que os encargos só da Dívida Pública Interna em 2018 atingissem os 20,3 biliões de meticais e continuarão a aumentar para 24,9 biliões em 2019 e poderão ascender aos 26,8 biliões de meticais em 2020.

Governo sem vontade política para recuperar 6 biliões de meticais distribuídos como Fundo de Desenvolvimento Distrital



Criado em 2006 com o objectivo de reduzir a pobreza o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), que valeu ao seu criador um inédito Doutoramento Honoris Causa em Economia, tornou-se num dreno de dinheiros públicos para alavancar o partido Frelimo nas zonas rurais e por isso os sucessivos governos não têm criado os necessários mecanismos para o seu reembolso. Entre 2012 e 2017 mais de 6 biliões de meticais foram desembolsados e "a solicitação dos reembolsos é feita por via de sensibilização oral, o que propicia que não haja efectivação dos reembolsos".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

continua Pag. 02 →

Eleições gerais de 2019 em Moçambique custam mais do que o dobro dos 6.5 biliões de meticais inscritos do Orçamento do Estado

As eleições gerais marcadas para 15 de Outubro deste ano custam 14.6 biliões de meticais e não 6.5 biliões de meticais já inscritos no Orçamento do Estado para 2019, pelo Governo moçambicano. A garantia foi dada esta quinta-feira (14), pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), que avançou estar a enfrentar um défice de cerca de 60 por cento e espera ter o habitual apoio externo.

Texto & Foto: Emildo Sambo

No dia 11 de Setembro de 2018, o porta-voz da 29a. Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, Augusto Fernando, disse à imprensa que as eleições gerais de 2019 estavam orçadas em 6.6 biliões de meticais, dos quais foram avalizados 6.5 biliões de meticais que constam do Orçamento do Estado.

No dia 23 de Janeiro passado, o Presidente da República, Filipe Nyusi, foi lacónico ao afirmar que os moçambicanos "esperam o apoio de todos os parceiros para o sucesso" do escrutínio em alusão.

O Chefe do Estado não foi suficientemente explícito em relação ao tipo de ajuda que o país precisa, mas sabe-se que Moçambique sempre realizou eleições com apoio financeiro e material de par-



ceiros internacionais.

Neste contexto, o porta-voz da CNE, Paulo Cuinica, esclareceu a jornalistas que os 6.5 biliões de meticais representam apenas 44,43 por cento do planificado para a materialização de todo o processo eleitoral.

Os 55,57 por cento em falta serão "cobertos pelos financiadores externos. O Governo está, neste momento", a lidar com o assunto.

Paulo Cuinica assegurou que, dos 14.6 biliões necessários, o Executivo "já desembolsou todos os 6.5 biliões de

continua Pag. 02 →

A verdade em cada palavra.

→ continuação Pag. 01 - Governo sem vontade política para recuperar 6 bilhões de meticais distribuídos como Fundo de Desenvolvimento Distrital

Concebido no início da presidência de Armando Guebuza este fundo, que ficou popularmente conhecido por “7 milhões”, foi definido pelo seu mentor de “visionário” pois pela primeira vez se materializava o modelo de desenvolvimento económico local assente no empoderamento dos actores locais como agentes activos do desenvolvimento, consubstanciando a descentralização e numa efectiva distribuição da riqueza nacional.

“(…)Os 7 milhões são direccionados aos nossos compatriotas pobres que através do reembolso permitem que outros pobres tenham acesso a estes recursos e, ao mesmo tempo, aumentem a capacidade de empréstimo a mais pobres. São recursos que contribuem para elevar a sua auto-estima e para combater a prática da mão estendida. Por isso, seria demagógico partilhar da opinião de que os mutuários não devem devolver o empréstimo. Eles devem-no aos seus pares, também pobres, que querem libertar-se da pobreza” afirmou na altura o então Chefe de Estado.

No entanto logo nos primei-

ros anos tornaram-se evidentes as deficiências e lacunas da governação local, traduzidas no nepotismo e numa gestão que dava primazia pelos membros do partido Frelimo na atribuição do FDD o que culminou com o fraco reembolso desde o início.

“No período de 2012 a 2017, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Distrital, foram despendidos 6.531.224.550,00 meticais, para o financiamento de 89.754 projectos de Geração de Rendimento, Emprego e Produção de Alimentos, dos quais foi reembolsado, apenas, o valor de 741.824.020,00 meticais, equivalente a 11,4 por cento” constatou o Tribunal Administrativo (TA) no seu Relatório sobre a Conta Geral de 2017.

Distritos também desviam FDD para despesas de funcionamento e construção

Contribuíram para este nível de reembolso, de acordo com o TA, o deficiente estudo de viabilidade económica, social e ambiental dos projectos submetidos para aprovação; a falta de documentos

Quadro n.º VI.18 – Situação dos Reembolsos do FDD

(Em mil Meticais)

Ano	N.º de Projectos Financiados	Valor Desembolsado	Valor Reembolsado	Nível do reembolso Em %
2012	22.900	1.320.976,41	26.268,58	2,0
2013	20.105	1.359.879,12	8.025,73	0,6
2014	21.807	1.373.671,39	95.643,01	7,0
2015	20.438	1.457.613,43	66.539,41	4,6
2016	3.095	624.592,52	65.456,01	10,5
2017	1.409	394.491,68	479.891,28	121,6
Total	89.754	6.531.224,55	741.824,02	11,4

Fonte: Pedido de Esclarecimento.

que fazem parte dos requisitos para o financiamento nos processos dos contratos celebrados; a existência de contratos assinados sem a indicação da data de assinatura, relevante para a contagem do tempo de reembolso; não foram definidas as taxas de juros aplicadas nos empréstimos concedidos; falta de condições financeiras e materiais para o funcionamento das Comissões a nível das localidades; a solicitação dos reembolsos é feita por

via de sensibilização oral, o que propicia que não haja efectivação dos reembolsos pretendidos; falta de acompanhamento e monitoria do processo de implementação dos projectos; não foram apresentadas evidências de terem sidos levantados mecanismos legais contra os mutuários.

Devido aos parcos reembolsos o 1.045.498,00 mil meticais alocado em 2017ao FDD só permitiu executar

416.107,00 mil meticais devido a indisponibilidade de fundos em tesouraria.

Além disso o Tribunal que fiscaliza as contas do Estado apurou que os distritos desviram grande parte do Fundo de Desenvolvimento para despesas de funcionamento, na construção de infra-estruturas públicas e até na compra de consumíveis de escritório e alimentos deixando os pobres tal como estavam antes da chegada dos “7 milhões”.

→ continuação Pag. 01 - Eleições gerais de 2019 em Moçambique custam mais do que o dobro dos 6,5 bilhões de meticais inscritos do Orçamento do Estado

meticais”.

Contudo, este valor “continua a quem das necessidades e só cobre a primeira fase” das actividades eleitorais, tais como “a produção de materiais, o fornecimento de equipamentos, a formação de agentes que vão possibilitar a realização do recenseamento eleitoral”.

Num outro desenvolvimento, o porta-voz da CNE disse que o órgão já está a trabalhar para as “gerais de 2019”. Entre outras inovações, pela primeira vez, os governadores provinciais serão eleitos e não nomeados pelo Presidente da República.

Está por concluir a instalação e entrada em funcionamento pleno das 103 comissões distritais de eleições (CDE's) e secretariados técnicos de administração eleitoral (STAEs) nos distritos sem autarquias.

Por razões relacionadas com o programa da CNE e “exiguidade de recursos” apenas alguns distritos já receberam formação, faltando por cobrir a maioria”, disse Cuinica.

O recenseamento eleitoral de raiz para as eleições gerais decorrerá de 01 de Abril a 15 de Maio próximos, nos distritos sem autarquias locais. De 16 de Abril a 15 de Maio, haverá actualização do mesmo processo nos distritos municipais e, simultaneamente, no estrangeiro.

Pesquisa diz que as mulheres podem apaziguar o Governo e a Renamo, mas são excluídas

As mulheres, sobretudo as que não estão poleiro, entendem que o discurso de emancipação e inclusão é apenas um chavão político e de boas intenções. Na prática, elas continuam violentadas, subjugadas, sem espaço nos órgãos de tomada de decisão e são deliberadamente excluídas do processo de reconciliação nacional para a almejada paz efectiva, pese embora acreditem que podem desobstruir as negociações entre o Governo e a Renamo.

Texto: Emílio Sambo

Um relatório intitulado “Impacto do Conflito Armado na Vida das Mulheres e Raparigas em Moçambique”, tornado público na terça-feira (12), em Maputo, diz que nas últimas décadas, a percepção de que as mulheres podem ter um contributo significativo nos processos de reconciliação nacional cresceu, o discurso de emancipação ajudou-lhes a serem mais activas e a lutarem pela sua sobrevivência, mas ainda não está ser possível “quebrar a estrutura patriarcal que governa a sociedade moçambicana”.

“De um modo geral, a sociedade moçambicana não reserva os mesmos direitos para homens e mulheres”.

O documento indica que, apesar dos discursos emancipatórios actuais, nem tudo está bem pois, a tradição e as práticas culturais também representam obstáculos desafiadores à inclusão das mulheres nos processos de paz e reconciliação ou na governança do pós-guerra”.

Houve avanços no fortaleci-

mento do papel da mulher na esfera pública e política no país. “Porém, tais avanços ainda são incipientes já que as mesmas ainda não têm voz nos órgãos de tomada de decisão. Até hoje a mulher ainda reivindica por espaço”.

Um olhar pelo mundo permite concluir que o papel que as mulheres desempenham nos processos de reconciliação pós-conflito depende muito do papel que elas desempenham na sociedade em questão.

Mas em Moçambique, onde “as negociações de paz são realizadas entre os homens, porque são eles que ocupam postos ou cargos militares e políticos, ignora-se que as mulheres podem influenciar o comportamento das partes em conflito. Elas podem mais facilmente concentrar-se em resolver as diferenças do que em prolongá-las em posições irreconciliáveis”.

A exclusão desta classe nas negociações para a pacificação do país não é de hoje: na década de 90 e no recente

acordo de cessação de hostilidades entre as autoridades governamentais e a guerrilha da Renamo, a participação das mulheres foi insignificante em todos os âmbitos (...).

Isso “demonstra uma contínua marginalização do papel da mulher na solução dos conflitos e na sistemática ignorância relativamente às vítimas do conflito”.

Na pesquisa a que nos referimos, uma das entrevistadas narrou: “Não fomos consultadas porque acham que as mulheres são incapazes. Na verdade, os homens são egoístas. No actual processo de paz só participam homens. Os homens ainda não dão valor às mulheres. Eles têm medo das mulheres”.

Ela concluiu que as mulheres são culpadas, pois não reclamam nem exigem os seus direitos. “A ausência das mulheres se deve à fraqueza da própria mulher que não sabe fazer-se ouvir nem se impor”.

Segundo o documento, uma

das maneiras pelas quais as mulheres se podem engajar no activismo pela paz é no nível local das suas comunidades.

“As mulheres podem pressionar seus maridos ou filhos para buscar soluções mais pacíficas para o conflito. Muitas organizações de mulheres também promovem a educação para a paz. As mulheres, bem como organizações de mulheres, adoptam uma variedade de estratégias para reduzir o medo e a incerteza após o conflito e promover um ambiente de confiança e colaboração”, diz.

O estudo que temos vindo a citar é da autoria de Advogados Sem Fronteiras Canadá (ASFC), em parceria com Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) e o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI/ISRI).

O mesmo foi realizado nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza, totalizando 16 distritos. O mesmo envolveu 245 vítimas directas e indirectas do conflito.

Xiconhoquices

Atraso nas negociações para paz

É bastante preocupante a negligência no processo de negociação entre o Governo da Frelimo e a Renamo para Paz almejada por milhares de moçambicanos, não obstante do memorando de entendimento assinado. Só esta semana, tomaram posse os oficiais gerais da Renamo, que tinham sido indicados para exercerem, interinamente, as funções de directores dos departamentos de Operações, de Informações Militares e de Comunicações, respectivamente, no Estado-maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). A nomeação surge no âmbito dos consensos alcançados entre o Presidente da República, Filipe Nyusi, e a liderança da Renamo, “no âmbito do diálogo político para o alcance da paz efectiva, concórdia, reconciliação nacional e o fortalecimento da democracia e desencadeiam o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos homens da Renamo (DDR). Portanto, não se percebe por que carga de água o processo anda atrasado.

Interrupção da descida das taxas de referência

O Banco de Moçambique (BM) decidiu, mais uma vez, demonstrar a Xiconhoquice por que ainda se rege, afirmando que não existem condições para continuar a relaxar a sua Política Monetária, tudo porque fica evidente os riscos e incertezas subjacentes às projecções da inflação. Ou seja, Rogério Zandamela e os seus pares estão na expectativa do desfecho do caso Manuel Chang, da Paz, da consolidação fiscal que o Governo não está a fazer... e quiçá do Comité Central no próximo mês, a ver se a situação monetária do país muda. Ao interromper a redução das taxas de referência, Zandamela e os seus títeres, fica claro que não se tem feito nada para se inverter o rumo da economia nacional.

Contas da Petromoc

É caricato (e chega a criar revolta) a situação financeira em que se encontra as empresas públicas e/ou estatais. Não se justifica que as empresas que têm a protecção do Governo moçambicano estejam a operar sempre em falência. É o caso da petrolífera estatal continua em situação de falência técnica pelo terceiro ano consecutivo, encerrou o exercício de 2017 com prejuízos de 4,7 biliões de meticais, mais um bilião do que no ano anterior, a dívida com bancos ascendeu a 14,5 biliões de meticais e o capital próprio degradou-se de 485 milhões negativos para 5,2 biliões de meticais negativos. Quanta Xiconhoquice!

Editorial

averdademz@gmail.com

Não será essa uma peça de teatro mal encenada?

Depois de anos a fingir que nada está a acontecer, a Procuradoria-Geral da República (PGR), qual uma virgem pudica, decidiu encenar uma peça na vã tentativa de lavar a sua imagem. A PGR quer convencer aos moçambicanos que sempre estive preocupado (e andou a investigar) com o caso das dívidas contraídas de forma ilegal pelo Governo da Frelimo.

Subitamente, começaram a correr informações sobre as detenções de algumas figuras envolvidas numa das maiores roubalheiras de todos os tempos. O primeiro nome que começou a soar é a de Teófilo Nhangumule e, mais tarde, ficamos a saber da prisão de Gregório Leão, António de Rosário e assim por diante. Os moçambicanos menos atentos e sem nenhuma emoção crítica devem ter achado a iniciativa do Ministério Público louvável, quando, na verdade, se trata de uma tentativa

de distrair os moçambicanos dos reais problemas do país, sobretudo num ano eleitoral.

Na verdade, as pseudo-detensões públicas levadas a cabo esta semana não passam de uma trapaça, um atestado de estupidez para os moçambicanos, um teatro mal encenado por um punhado de gente que vive na modorra física sustentado pelos contribuintes para fazer valer as leis. Sem sombras de dúvidas, o Ministério Público está a tentar proteger os indivíduos e deve ter consultado-os se queriam ou não ser presos e em que condições isso deveria acontecer.

Assistimos a PGR a encetar diligências junto das autoridades competentes da República da África do Sul e dos Estados Unidos da América para salvar Manuel Chang, antigo ministro das Finanças que assinou Garantias bancárias violando

a Constituição da República de Moçambique, de um julgamento por fraude electrónica, fraude de valores mobiliários, suborno e branqueamento de capitais. Além disso, é de conhecimento de todos que a denúncia da PGR ao Tribunal Administrativo pode ter prescrito.

Há sensivelmente quatro anos que se conhece os indivíduos envolvidos nas dívidas ilegais, mas a PGR fazia ouvidos moucos. Aliás, a PGR que deveria defender os interesses do Estado moçambicano, que tem sido defraudado impiedosamente todos os dias, tem estado do lado dos gatunos. A título de exemplo, assim que o antigo ministro das Finanças foi preso, a PGR acordou do coma profundo em que se encontrava a vegetar, e apresentou uma suposta lista de arguidos no caso. Portanto, é no mínimo estranho essas detenções.

Sociedade

Universidade Politécnica: Finalistas vão beneficiar de financiamento para conclusão de trabalhos de fim do curso

Estudantes finalistas dos cursos de licenciatura e mestrado da Universidade Politécnica vão beneficiar, por um período de três anos, de um apoio financeiro para a elaboração dos seus trabalhos de fim do curso, mercê de um memorando de entendimento assinado, recentemente, entre esta instituição do ensino superior e a Fundação para a Melhoria do Ambiente de Negócios (FAN).

Texto: www.fimde semana.co.mz

À luz do memorando, poderão receber este apoio, na ordem de quarenta e cinco mil meticais para o nível de licenciatura e setenta e cinco mil meticais para o de mestrado, estudantes finalistas dos cursos de Economia, Administração e Gestão de Empresas e Ciências Jurídicas que pretendam/estejam a elaborar trabalhos de final de curso relacionados com o ambiente de negócios.

Através deste memorando, as duas instituições pretendem contribuir para a elaboração de projectos de pesquisa con-

ducentes ao desenvolvimento do sector privado no País, abordando, para o efeito, questões ligadas aos incentivos, aos constrangimentos, bem como às oportunidades existentes no mercado.

Assim, os estudantes deverão escrever os seus trabalhos de fim de curso sobre temáticas ligadas ao ambiente de negócios, tais como o Procurement do sector público e nas pequenas e médias empresas, implicação microeconómica da legislação laboral para o sector empresarial, implicações microeconómicas da

tributação dos rendimentos de trabalho, da despesa e do capital para as pequenas e médias empresas, aspectos microeconómicos da governação corporativa nas pequenas e médias empresas, regimes de propriedade sobre a terra e o investimento privado, legislação sobre o comércio internacional e os custos de fazer negócios em Moçambique, credibilização industrial, interfaces da economia política e institucional das políticas do ambiente de negócios, e reformas para a melhoria do ambiente de negócios em Moçambique.

Xiconhoca

Filipe Nyusi

Definitivamente, o Presidente da República, Filipe Nyusi, anda com os sentidos embotados. Prova disso é que o Xiconhoca declarou em Adis Abeba que não percebe porque os países africanos continuam a ser pobres, embora tenham se libertado da escravatura. Sem sombras de dúvidas o nosso Chefe de Estado deve ter ingerido alguma bebida que alterou o seu estado psíquico antes de fazer tal pronunciamento. Pois é evidente as razões que nos mantêm pobreza.

Agi Anlaué

país. O Xiconhoca, que é director nacional da Área Técnica dos Serviços Secretos e administrador das empresas fantoches, EMATUM e MAM, e director da Proindicus, fez levantamento de somas avultadas, numa clara acção de branqueamento de capitais. O Xiconhoca que continua a circular impunemente pelas artérias do país já deveria ter sido recolhido aos calabouços devido ao seu envolvimento na burla das dívidas ocultas.

Amélia Sumbana

A antiga embaixadora de Moçambique nos Estados Unidos da América, Amélia Sumbana, é uma Xiconhoca por excelência. A Xiconhoca usava contas pessoais para realizar as despesas da embaixada, tendo desviado milhões de meticais. Amélia, que afirmou que o então ministro dos Negócios Estrangeiros tinha conhecimento dos factos, não passa de uma vergonha para os moçambicanos, pois esta geria a embaixada como se da sua casa se tratasse.

Se tens alguma
denúncia ou queres
contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.




goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)


Jornal @Verdade


Os partidos Renamo e MDM perderam nesta quinta-feira (07) uma oportunidade histórica de impor ao partido Frelimo algum controlo e equilíbrio democrático no mais populoso município de Moçambique. Um voto, ao que tudo indica de um membro do Movimento Democrático de Moçambique, garantiu a Calisto Cossa o controlo da presidência, vice-presidência e do secretariado da Assembleia Municipal que é o principal órgão deliberativo na Matola e com competência, dentre várias, de demitir o presidente do Conselho Municipal. “É o Renato que nos traiu”, afirmou ao @Verdade António Muchanga porém o visado reagiu: “a própria Renamo tem de fazer um trabalho de casa e compreender o que terá falhado dentro da sua bancada”.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/67916>




**Yoni Serafim** Nao ha oposição nenhuma · 2 dia(s)

**Matin Sabin** A Renamo foi burra.Devia era propor o membro do MDM e assim passava sem dificuldades ao mesmo tempo que estaria em prontidão combativa para os proximos acertos. A Renamo so pensa em si e isso lhe vai surpreendendo · 2 dia(s)


**Joao Cabrita** Daviz Simango [[Uria Simango](#)], [Lutero Simango](#), [Barnabe Ncomo](#) e [Linette Olofsson](#): nesta reportagem, Adérito Caldeira faz uma afirmação grave. Segundo ele, “Contudo o @Verdade entende que no lugar do cenário de traição de um dos membros do MDM, quicá a troca de benefícios pessoais, na Matola o partido do “galo” juntou-se à “maçaroca”, tal como no município de Quelimane onde quiseram derrubar, sem sucesso, Manuel de Araújo. Até porque em caso de uma eventual traição a nova legislação autárquica facilita aos partidos políticos mudarem os seus representantes na Assembleia


Municipal.” Gostaria de saber qual a posição do MDM nesta matéria. · 2 dia(s)

**Manuel Vik** partido frelimo e sorteada, partido de paz, abecoad, · 2 dia(s)


**Marcelo Fafitine** a renamo esta nos convencendo cada dia que passa nao esta para o poder mas sim entreter a politica · 1 dia(s)


**Linette Olofsson** Desculpe [Joao Cabrita](#)! Não haverá aqui um equívico? O companheiro [Renato Tomas Muelega](#) ,no dia da tomada de posse, fez uma declaração directa sobre o assunto, parte das suas declarações: “Cumprimos as ordens e orientações do mais alto nível do Partido” os 2 membros do MDM fotografaram o seu X no boletim de voto! Mais tarde, António Muchanga fez as suas declarações e deu indicação de que o assunto é assunto interno! Mais provas! · 8 h


**Linette Olofsson** Averiguação até ao fundo da questão. · 8 h


**Joao Cabrita** Obrigado pelo esclarecimento, [Linette Olofsson](#). Sendo assim, houve traição por parte de pelo menos um membro da BP Da Renamo Renamo. O que diz a lei nestes casos? A Renamo pode exigir uma nova votação?


Mas acima de quaisquer equívocos, é sabido que o MDM foi quem propôs, no âmbito de uma das várias revisões da Lei Eleitoral, a proibição de telemóveis no interior de Assembleias de Voto. Como se explica que os 2 membros do MDM tenham fotografado os X nos respectivos boletins de voto? · 6 h


**Andries Lauryn** MDM nao é um partido de confiança. Os dois membros foram comprados e deram o voto à frelimo. Mas as consequencias virao pois o povo nao vai tolerar esta traição. · 2 dia(s)


**Pablo's Bernardo** [Cumbane](#) Dinheiro é bom pessoal! · 2 dia(s)


**O Carlos Mavuie** Foram bem pagos · 2 dia(s)


**Celso Lobo** Infelizmente! · 2 dia(s)


**Iss Nells** Afinal Matola é o mais populoso município?? · 2 dia(s)

**Mapulango Chiau** Não é Nampula? · 2 dia(s)


**Iss Nells** Mapulango Chiau se calhar. · 2 dia(s)


**Elcidio Neves** Nampula é a província mais populosa de Moçambique. · 2 dia(s)

**Assif Adil** [Iss Nells](#) Nampula é a província mais populosa de Moçambique ja Maputo é a maior cidade de Moçambique. · 2 dia(s)

**Iss Nells** Estamos a falar da Matola. · 2 dia(s)

**Henriques Dos Dores** [Ibraimo](#) Caralho dos gajos · 2 dia(s)


**Samuel Joao Moreira** [Macanguisse](#) MDM deception nao esperava essa actitude · 2 dia(s)


**Samuel Samy Manhica** Se o MDM pretendia votar na Renamo devia o ter feito publicamente, antes da votação. · 2 dia(s)


**Dalfino Panachande** Deixem os deputados servirem o povo que lhes escolheu. Democracia é isso. Primeiro o povo. · 2 dia(s)

**Hamilton Alberto Sinalo** Comem todos no mesmo prato.. nao sem batam cabeça pessoal... · 2 dia(s)

**Sérgio Guissem** [Guissem](#) Democracia, não houve traição o voto foi livre · 2 dia(s)

**Felizardo Casimiro** Exaltamos a nossa pátria · 2 dia(s)

**Analdio Wachave** Em Quelimane MDM nao . e vamos descifrar MDM = muitos deles sao Malucos Kkkk =(MDM) . somos e temos perfil. Aprenda dos boms sinais · 2 dia(s)

**Manuel Comissario** [Comissario](#) É difícil entender politica, O Antonio Muchanga saiu a falar nas camaras da STV que tinha um membro da renamo que lhes traiu, uma vez ao colocar o seu voto na urna tremia. segundo AM, os seus dirigentes precisam de fazer trabalho de casa. Enquanto se lançam a culpa, nós estamos indo. A força da Mudança · 2 dia(s)

**Bernardo Rafael** mola · 2 dia(s)

**Nelson Monjane** [Tchapex Tchapex](#) Cheira me a um vendido da RENAMO · 2 dia(s)

**Enísio Guilhermina** [Cuamba](#) Falta interpretação de texto e consciência de classe... · 2 dia(s)

**Dalfino Panachande** Deixem de preocupações. Nos escolhemos os melhores. · 1 dia(s)

**Daniel Roagem** [Fungulane](#) Viva o MDM · 2 dia(s)

**Osvaldo Palha** Sempre disse que a zona Sul todos os meios são usados para benefício da Frelimo.... · 2 dia(s)

**Saute Chirinda** O mdm é um partido moribundo · 2 dia(s)

**Constantino André** [Docotala](#) Kikikikikikiki · 2 dia(s)

**Abdullah Aziz Al-Isslam** Levam o título de xiconhocas do ano! · 2 dia(s)

**Arlindo Mabasso** Política de fome dá nisto. Com certeza alguém foi comprado para ceder o voto que iria dar o equilíbrio desejado para o exercício da democracia naquele Conselho Autárquico. Muita pena que alguns deputados dizem representar o povo enquanto só representam o próprio umbigo. Em Partidos sérios traição desta natureza deveria merecer penalização. · 2 dia(s)

Ferrovário da Beira sem estofa para Liga dos campeões africanos em basquetebol masculino

Desporto

O Ferrovário da Beira somou três derrotas em igual número de partidas que realizou na 1ª edição da Liga Africana dos clubes campeões em basquetebol seniores masculinos, que decorre no Egipto.

Inserido no Grupo C os vice-campeões nacionais estrearam-se na sexta-feira (08) com uma derrota diante do REG BBC do Ruanda. Os ruandeses controlaram o ritmo do jogo e já venciam ao intervalo por 34 a 48 pontos. A equipa de Nazir Salé só conseguiu mostrar algum do seu valor no derradeiro período mas não foi suficiente para evitar a derrota por 77 a 86 pontos.

No sábado (09) os “locomotivas” da Beira entraram melhor para a quadra da Arena Prince Abdallah Al Faisal Sports, na cidade do Cairo, e venceram o 1º período por 13 a 25 pontos. Impondo o seu ritmo ao Al Ahly do Egipto a equipa moçambicana saiu para o descanso com uma vantagem de 13 pontos. Mas diante do seu público os egípcios deram a volta ao placar e entraram para o 4º período com uma vantagem de 2 pontos. Depois faltou estofa aos vice-campeões moçam-



bicanos para dar luta e viram o Al Ahly vencer por 86 a 77 pontos.

Este domingo (10), em jogo da 3ª jornada, o Ferrovário da Beira foi impotente diante do 1º de Agosto de Angola. Depois de perder 15 a 24 pontos o período inicial a equipa moçambicana

foi para o intervalo com uma desvantagem de 25 a 45 pontos. Os pupillos de Nazir Salé tentaram dar réplica mas claramente faltou-lhe estofa acabando derrotados por 55 a 87 pontos.

Os vice-campeões moçambicanos afundaram-se no último lugar do

grupo C onde o 1º de Agosto tornou na primeira equipa a apurar-se para a Elite 8 da nova prova de clubes do nosso continente. Também apurado estão os egípcios do Al Ahly que derrotaram os ruandeses na derradeira jornada.

Nos próximos fim-de-semana

disputam-se os restantes 3 grupos da Liga Africana dos clubes campeões em basquetebol seniores masculinos que irão apurar os dois primeiros classificados para a Elite 8. Essas oito melhores equipas irão defrontar-se em 2 partidas cujos vencedores defrontam-se, em Maio, numa Final 4.



Texto: Adérito Caldeira • Foto: FIBA

Seguranças da Universidade Lúrio em Nampula matam suposto ladrão

Um cidadão foi morto a tiro no Campus da Universidade Lúrio (UniLúrio), na semana finda, em Nampula, após ter sido supostamente surpreendido a roubar parte da rede de vedação.

Texto: Redacção

Na altura, a vítima estava na companhia de dois comparsas dados como furtivos. Não foi possível apurar a identidade do finando nem dos seus presumíveis cúmplices.

Fonte policial na chamada capital do norte disse ao @Verdade que estão a ser investigadas as circunstâncias em que o cidadão foi baleado mortalmente.

Segundo os responsáveis da UniLúrio, os seguranças dispararam três vezes para o ar, na tentativa de imobilizar os malfeitores, mas estes não se dissuadiram.

Os gestores daquelas instalações queixam-se ainda de roubos constantes de equipamentos em vários compartimentos, tais como computadores e aparelhos de laboratório.



“Não se pode confiar” no Cenário fiscal 2019 – 2021 para Moçambique

O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) do Governo de Filipe Nyusi indica que entre 2019 e 2021 o Produto Interno Bruto (PIB) atinja uma média de 5,3 por cento, já tendo em conta os 4,1 por cento revistos de 2018. Para o Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane “não se consegue olhar para as projecções e dizer que sejam sérias” e por isso António Francisco afirma que “não se pode confiar” neste documento de planificação e orçamentação trienal aprovado em Dezembro último.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

Há mais de 25 mil pessoas com cancro em Moçambique e milhares delas não sobrevivem

Ministério da Saúde (MISAU) estima que pelo menos 25.500 pessoas sofrem de diferentes tipos de cancro em Moçambique, grande parte dos quais a única forma de tratamento, internamente, ainda é a quimioterapia. Porém, depois de sucessivos adiamentos, o MISAU espera introduzir, este ano, a radioterapia, um procedimento terapêutico que só é possível no exterior, para onde não podem se dirigir os milhares de pacientes que vivem abaixo da “linha da pobreza”.

Texto: Emílio Sambo

A última actualização feita por aquela instituição do Estado sobre os milhares casos de cancro é de 2018 e a situação é descrita como cada vez mais preocupante, em parte devido ao diagnóstico tardio da enfermidade.

Aliás, o cancro mata 17 mil pessoas anualmente no país, apontam dados oficiais das autoridades.

Em 2013, no país havia cerca de 23 mil doentes com diferentes cancros, segundo Cesaltina Lorenzoni, directora do Programa Nacional de Controlo do Cancro no MISAU. Este exige mais difusão da informação sobre a doença e esforços no seu diagnóstico ainda no estágio inicial, pois as chances de cura são maiores.

Naquele ano, o MISAU esti-

mava que, em cada 100 mulheres, 32 sofriam de cancro do colo do útero, por exemplo. Em cada 100 pacientes, 64 morriam por causa do diagnóstico da doença já num estado avançado e por insuficiência dos cuidados de saúde.

Por isso, “o cancro é um problema de saúde pública”, disse Cesaltina Lorenzoni, salientando que o sarcoma de kaposi, um tipo de cancro que causa lesões na pele e afecta os outros órgãos, é mais comum nas mulheres e nos homens, com uma incidência de 24,7 por cento.

O sarcoma de kaposi está relacionado com as infecções de transmissão sexual e o HIV/SIDA.

Nas mulheres, o cancro do colo do útero, com 4.291

casos, é o que mais aflige e mata, seguido do cancro da mama. Três mil pacientes morrem por conta desta doença, pois começam a procurar tratamento em estado já deveras grave, explicou a chefe do programa de cancro.

A fonte explicou que, no passado, havia mais óbitos porque o país não tinha cirurgião oncológico habilitado para lidar com a enfermidade. Ora, para além das campanhas de cirurgias realizadas por médicos estrangeiros, por iniciativa do MISAU, há três cirurgias moçambicanas em formação.

Nos homens, o cancro da próstata é mais frequente, seguido do sarcoma de kaposi. As crianças sofrem por patologias semelhantes, mas mais associadas ao sangue.

Apesar de em cada doença a que nos referimos haver factores específicos risco, no geral, o tabaco, o álcool, a obesidade e o sedentarismo são comuns, entre outros, de acordo com Cesaltina Lorenzoni.

Ela falava a jornalistas, na sexta-feira (08), em Maputo, no âmbito do dia 04 de Fevereiro, em que se celebrou o Dia Mundial do Cancro. A 15 do mesmo mês, comemorase o Dia Internacional da Criança com Cancro.

O MISAU programou várias campanha de sensibilização e palestra em vários pontos do país.

A instituição espera ainda lançar o Plano Nacional de Controlo do Cancro 2019-2029, com enfoque na educação, na prevenção e na promoção da saúde.

CA PAZ

A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 05 - “Não se pode confiar” no Cenário fiscal 2019 – 2021 para Moçambique

O Plano Económico e Social para 2018 perspectivou um crescimento da economia em 5,3 por cento do PIB, porém a realidade já obrigou o Executivo a rever para 4,1 por cento enquanto se aguardam os números reais do Instituto Nacional de Estatística. No entanto a instituição apurou que o desempenho económico no 1º trimestre ficou-se por 3,2 por cento, 3,4 no 2º trimestre e foi de 3,3 por cento no 3º trimestre.

Com estes números baixos as projecções são de crescimento moderado. O Produto Interno Bruto nominal ficará nos 1.021.028 milhões de meticais este ano, 1.135.525 milhões de meticais em 2020 e poderá ascender a 1.268.951 milhões de meticais em 2021. O crescimento real do PIB está estimado em 4,7 por cento em 2019, no ano seguinte 5,3 por cento e talvez cresça para 5,8 em 2021. A perspectiva é que a inflação cifre-se nos 6,5 por cento, baixando para 6,2 por cento em 2020 e no ano seguinte para os 6 por cento. O Governo projecta que taxa média de cambio anual em 2019 fique-se pelos 60,5 meticais por dólar no entanto não apresenta projecções para os anos seguintes. O stock da Dívida Pública está previsto crescer para 119,3 por cento do PIB este ano, e ascender aos 119,5 por cento em 2020 antes de baixar em 2021 para 118 por cento.

Tabela 2: Pressupostos Macroeconómicos					
>> Projectão <<					
Cenário Recuperação do Crescimento	2017 CGE*	2018	2019	2020	2021
PIB nominal (milhões de MT)	808,815	899,402	1,006,856	1,132,293	1,291,947
Crescimento real do PIB (%)	3.7%	5.3%	6.4%	6.5%	6.9%
Inflação média anual (%)	15.3%	11.9%	6.5%	6.2%	7.0%
Taxa de câmbio média anual (MT/USD)	61.7	65.4	-	-	-
Cenário Crescimento Moderado	>> Projectão <<				
PIB nominal (milhões de MT)	808,815	921,742	1,021,028	1,135,525	1,268,951
Crescimento real do PIB (%)	3.7%	4.1%	4.7%	5.3%	5.8%
Inflação média anual (%)	15.3%	6.8%	6.5%	6.2%	6.0%
Taxa de câmbio média anual (MT/USD)	61.7	60.5	60.5	-	-
Saldo Primário	-1.8%	-2.9%	-1.8%	-1.1%	-0.5%
Dívida Pública e Garantias (% do PIB) **	111.90%	118.00%	119.30%	119.50%	118.00%

Fonte: MEF-Quadro Macro, 2017/2018

“A Política Fiscal continuará com o princípio da consolidação fiscal e estará direccionada para: (i) melhoria da arrecadação da receita interna (apostando na implementação de reformas de Política Tributária (PT) e de modernização da administração e de procedimentos na cobrança de receitas); (ii) a racionalização da despesa pública e, (iii) priorização de alocação de recursos, por forma a corrigir gradualmente os desequilíbrios fiscais” indica o Cenário Fiscal de Médio Prazo.

Instado pelo @Verdade a comentar estas projecções moderadas do Governo de Filipe Nyusi o Professor António Francisco é peremptório: “Não se pode confiar”.

“O que a situação indica é que ficamos com maiores incertezas porque os passos que foram dados para confiar nas acções que foram e estão a ser tomadas não justificam uma maior confiança” contactou este Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane argumentando que “muito do que foi feito antes nas Finanças continua a ser feito e não se consegue olhar para as projecções e dizer que sejam sérias, principalmente porque o Orçamento de Estado (de 2019) indica que não há intenção de contenção”.

Orçamento de Estado em Moçambique “é um instrumento de captação de recursos”

Relativamente as boas intenções da consolidação fiscal o académico moçambicano assinalou que: “Do ponto de vista económico não houve abertura para reformas, a pouca reforma que o Governo aparenta fazer é simplesmente para o retorno do Fundo Monetário e criar a capa para os investidores e noto que fazem o mínimo necessário. Cortam-se uns carros e algumas regalias, que é uma medida popular, mas o fundo da questão do endividamento mantém-se”.

Aliás Francisco, que é investigador no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), questionou: “Como é que é possível fazer cenários de taxas de crescimento quando não se sabe de facto qual é o défice?”.

Por outro lado, e embora o Cenário Fiscal de Médio Prazo prometa que “no próximo triénio, a Política Fiscal será conduzida com vista a reestabelecer a estabilidade macroeconómica e a recuperação gradual do crescimento económico através da contenção do défice fiscal em 8,9 por cento do PIB em 2019”, depois dos 8,1 por cento de 2018 e 4,6 por cento de 2017 o Professor António Francisco alerta que contrariamente as boas prática o Orçamento de Es-



tado em Moçambique no lugar de garantir uma boa gestão do bem público “é um instrumento de captação de recursos”.

“O défice aqui é um instrumento para o Governo ir buscar mais, quando se faz um Orçamento (de Estado) fixa-se as despesas porque é que são fixadas despesas 30 a 40 por cento acima da capacidade de receitas”, questionou o académico.

Neste documento de planificação e orçamentação trienal do Governo é possível verificar as receitas do Estado a crescerem dos 249,4 milhões de meticais deste ano para 269,7 milhões de meticais em 2020 e 299,6 milhões de meticais em 2021. No entanto as despesas estimadas em 340,4 milhões de meticais em 2019 também crescem para 351 milhões de meticais em 2020 e prevê-se que ascendam aos 384,8 milhões de meticais em 2021.

Tabela 9: Mapa de Equilíbrio Orçamental										
Em Milhões de Meticias	2017	2018	2019	2020	2021	2017	2018	2019	2020	2021
	REO	Lei	Projectão			Em % do PIB				
Total de Recursos	294,084.4	302,928.1	340,414.7	359,401.2	392,862.7	36.4%	30.5%	33.3%	31.7%	31.0%
Recursos Internos	234,422.6	242,063.0	268,949.3	294,252.1	318,957.4	29.0%	24.4%	26.3%	25.9%	25.1%
Receita do Estado	213,222.9	222,859.7	249,502.0	269,724.0	299,802.8	26.4%	22.5%	24.4%	23.8%	23.6%
Credito Interno	21,199.7	19,203.3	19,447.3	24,528.2	19,354.6	2.6%	1.9%	1.9%	2.2%	1.5%
Donativo Interno	-	-	-	-	-	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Recursos Externos	59,661.8	60,865.2	71,465.5	87,149.0	98,905.3	7.4%	6.1%	7.0%	7.7%	7.8%
Donativos	16,302.1	17,372.7	27,740.5	17,782.9	17,202.9	2.0%	1.8%	2.7%	1.6%	1.4%
Credito Externo	43,359.7	43,492.5	43,724.9	69,366.1	81,702.3	5.4%	4.4%	4.3%	6.1%	6.4%
Total de Despesas incl. Ope. Financ.	250,513.6	302,928.1	340,414.7	351,087.6	384,799.1	31.0%	30.5%	33.3%	30.9%	30.3%
Despesas de Funcionamento	148,724.4	184,037.1	196,592.6	220,115.1	236,466.6	18.4%	18.6%	19.3%	19.4%	18.6%
Despesas de Investimento	57,136.5	81,405.3	102,320.1	70,674.4	80,439.5	7.1%	8.2%	10.0%	6.2%	6.3%
Investimento Interno	23,073.6	33,694.7	40,017.9	29,090.0	32,750.1	2.9%	3.4%	3.9%	2.6%	2.6%
Investimento externo	34,062.9	47,710.6	62,302.1	41,584.4	47,689.4	4.2%	4.8%	6.1%	3.7%	3.8%
Operações Financeiras	44,652.8	37,485.8	41,502.0	82,298.1	92,893.0	5.5%	3.8%	4.1%	7.2%	7.3%

Fonte: Mapa Fiscal, 2017/2018

A “expectativa é que tipo de problema vai ser criado para a próxima Legislatura”

O investigador do IESE chamou ainda atenção para outra variável que pode influenciar o

crescimento económico: “Este ano é eleitoral”.

“Tem a vantagem que nada indica que possam surgir perturbações militares que afectem o processo, se bem que não é muito promissor a forma como o processo de paz está a ser acomodado. Nós sabemos que todos estes ciclos eleitorais, desde 2014, foram antecidos por uma moratória e temos uma situação em que começa e termina a Legislatura sem resolver um problema (que culminou com a eleição de Filipe Nyusi). Quando tens uma sociedade que despense tanto tempo e não consegue resolver não pode haver grande confiança que o resultado da próxima eleição vá ser muito melhor, e temos este precedente muito mau de Mar-roum”, constatou Francisco.

Para o Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Eduar-

do Mondlane a “expectativa é que tipo de problema vai ser criado para a próxima Legislatura. Agora a imprevisibilidade é maior pois estão em jogo a Descentralização, os Governadores provinciais, além da eleição presidencial e legislativa”.

Governo cede e os oficiais da Renamo já têm nomeações definitivas nas FADM

O Governo moçambicano recuou da sua decisão e orientou o ministro da Defesa Nacional, Atanásio M'tumuke, a nomear, em definitivo, na última sexta-feira (08), para o Estado-maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), os oficiais gerais da Renamo, que em Dezembro passado tinham sido indicados para exercerem, interinamente, as funções de directores dos departamentos de Operações, de Informações Militares e de Comunicações, respectivamente. Eles tomam posse esta segunda-feira (11).

Trata-se do Brigadeiro Xavier António, do Comodoro Inácio Luís Vaz e do Brigadeiro Araújo Andeiro Maciacona.

A nomeação surge no âmbito dos consensos alcançados entre o Presidente da República, Filipe Nyusi, e a liderança da Renamo, “no âmbito do diálogo político para o alcance da paz efectiva, concórdia, reconciliação nacional e o fortalecimento da democracia e desencadeiam o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos homens da Renamo (DDR).

O maior partido da oposição em Moçambique mostrava-se agastado com o Ministério da Defesa Nacional (MDN),

por conta da nomeação interina daqueles oficiais e classificou o acto como uma violação “do espírito e da letra” do “Memorando de Entendimento Sobre Assuntos Militares”, assinado com o Executivo a 06 de Agosto de 2018.

A Renamo exigira ao Presidente da República, por diversas ocasiões, para “reverter com urgência as nomeações interinas em efectivas”. O Governo cedeu, depois uma troca de mimos com aquela formação política.

Em comunicado enviado ao @Verdade, o MDN justificou que as nomeações definitivas acontecem “no quadro da implementação do Me-

morando de Entendimento sobre Assuntos Militares, sustentado pelos avanços alcançados durante o último encontro do Grupo Técnico Conjunto de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (GTCDDR), realizado na quinta-feira (07), na cidade da Beira”.

Relativamente ao referido encontro, a Presidência da República disse, também em comunicado de enviado ao @Verdade, que o GTCDDR reuniu-se com o Brigadeiro Javier Pérez Aquino, coordenador dos peritos internacionais para os passos subseqüentes no processo de DDR.

Acordou-se a “realização de encon-

tros numa regularidade semanal para a preparação de documentos e aspectos logísticos que são necessários para a efectivação do DDR”.

Noutros despachos separados, o Atanásio M'tumuke determinou a cessação do Coronel (na reserva) Agostinho da Cruz Mavanga, o Brigadeiro Luciano Amândio Barbosa, o Brigadeiro Tenente Freitas Norte, o Brigadeiro Francisco Aine Camorai, das funções de director de Estudos, Planificação e Projectos, no MDN, director do Departamento de Educação Cívico Patriótica, director do Departamento do Pessoal e Director do Departamento de Logística, no Estado-Maior General das FADM, respectivamente.

Para preencher as vagas no sectores acima indicados, o governante nomeou ainda, em despachos separados, o Coronel Omar Nala Saranga, o Senhor Adriano Manuel Amade Malache, o Brigadeiro Tenente Freitas Norte, o Brigadeiro Luciano Amândio Barbosa, o Brigadeiro Francisco Aine, para exercerem as funções de director Nacional de Político de Defesa, Director de Estudos, Planificação e Projectos, director do Departamento de Educação Cívico Patriótica, director do Departamento de Pessoal, director do Departamento de Logística, inspector da Força Aérea, no MDN e no Estado-Maior General, respectivamente.

Texto: Redacção

Banco de Moçambique evoca “riscos e incertezas” para interromper redução das suas taxas de referência



O Banco de Moçambique (BM) decidiu nesta segunda-feira (11) que não existem condições para continuar a relaxar a sua Política Monetária “tendo em conta que os riscos e incertezas subjacentes às projecções da inflação tornaram-se mais proeminentes”. Contudo o @Verdade entende que Rogério Zandamela e os seus pares estão na expectativa do desfecho do caso Manuel Chang, da Paz, da consolidação fiscal que o Governo não está a fazer... e quiçá do Comité Central do próximo mês.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 08 →

Presidente Nyusi volta a sensibilizar Ramaphosa para devolver Chang

O Presidente Filipe Nyusi aproveitou a Cimeira da União Africana, que decorreu na Etiópia, para voltar a sensibilizar o seu homólogo da Cyril Ramaphosa no sentido de ajudar a extradição de Manuel Chang para Moçambique. É que embora a detenção esteja a ser dirimida num tribunal a decisão final sobre a extradição cabe ao Ministro sul-africano da Justiça e Serviços Correccionais.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

Depois da deslocação de Ramaphosa à Maputo no passado dia 14 de Janeiro para interceder pela detenção do cidadão sul-africano acusado de ser o financiador do “Al Shabaab” em Cabo Delgado neste domingo (10) foi a vez do Chefe de Estado moçambicano, à margem da 32ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, que decorreu em Addis-Abeba, abordar o Presidente da África do Sul para conseguir uma decisão que vá de encontro aos interesses do partido Frelimo relativamente ao antigo ministro das Finanças.

Chang foi detido no passado dia 29 de Dezembro de 2018 no aeroporto OR Tambo, em Joanesburgo, e enfrenta um pedido de extradição das autoridades dos Estados Unidos da América (EUA) que o pretendem julgar por corrupção e lavagem dos biliões de dólares que foram roubados usando o nome do povo moçambicano.

Embora o partido Frelimo e o Governo moçambicano afirmem publi-



camente que é “importante que os órgãos da justiça continuem a fazer o seu trabalho para o apuramento da verdade e ao esclarecimento dos factos sem qualquer tipo de interferência” a verdade é que a Procuradoria-Geral da República, o Tribunal Supremo e até a Assembleia da República têm estado a ser instrumentalizados na tentativa de evitarem a extradição do assinante das Garantias bancárias ilegais que possibilitaram os empréstimos de mais de 2 biliões de dólares para as empresas Proindicus, MAM e EMATUM.

Num vídeo disponibilizado pela

presidência sul-africana é possível constatar que Filipe Nyusi deslocou-se sem marcação para os aposentos da delegação sul-africana, acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e ainda por alguns assessores. O Chefe de Estado moçambicano até desculpa-se pela visita, “desculpa por vir a sua casa”.

Em declarações aos jornalistas que o acompanharam à Etiópia o Presidente moçambicano afirmou que: “Falamos da partida prematura do senhor Andre (Hanekon) que tinha sido capturado mas também pas-

samos revista sobre alguns aspectos relacionados com a detenção do nosso cidadão e as intenções de Moçambique em relação a isso e em respeito da Justiça”.

Nenhuma declaração foi prestada por Cyril Ramaphosa ou pela sua assessoria de imprensa sobre o encontro informal.

Mas o @Verdade apurou que o Presidente Nyusi apelou ao seu homólogo para decidir favorável sobre o pedido de extradição submetido pelas autoridades moçambicanas.

É que embora o processo de Manuel Chang esteja a ser dirimido no Tribunal de Kempton Park a decisão final sobre os pedidos de extradição para os EUA ou Moçambique será tomada pelo Ministro sul-africano da Justiça e Serviços Correccionais, Michael Masutha, portanto é uma decisão política e não apenas judicial. E o presidente do partido Frelimo apelou aos laços históricos que o unem ao presidente do ANC para tentar salvar o seu correligionário.



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 07 - Banco de Moçambique evoca "riscos e incertezas" para interromper redução das suas taxas de referência

Após reunir antecipadamente o Comité de Política Monetária (CPMO), cujo encontro estava agendado para o próximo dia 21, "decidiu manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 14,25 por cento."

"Decidiu, igualmente, manter as taxas da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) e da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 11,25 por cento e 17,25 por cento, respectivamente, bem como os coeficientes de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira em 14,00 por cento e 27,00 por cento, respectivamente" indica um comunicado do BM que substituiu a conferência de imprensa no passado dirigida pelo Governador.

No documento o banco central fundamenta a interrupção da descida da taxa MIMO, o único factor que tem contribuído para a descida das taxas de juro a retalho, "tendo em conta que os riscos e incertezas subjacentes às projecções da inflação tornaram-se mais proeminentes, o CPMO considera oportuno manter uma postura de política monetária prudente."

Relativamente a depreciação do metical, que nesta segunda-feira (11) foi transaccionado a 62,95 por dólar norte-americano, depois de 61,43 no fecho de Dezembro de 2018, o BM avalia como "ligeira depreciação, em linha com a sazonalidade do período".

Para além dos riscos exter-



nos, que o banco central considera que "agravaram-se", o comunicado recebido pelo @Verdade do refere que "o CPMO considera que subsistem riscos associados à sustentabilidade da dívida pública, às calamidades naturais, bem como às incertezas quanto à evolução dos preços dos bens administrados."

Incerteza quanto ao rigor das medidas de consolidação fiscal do Governo

Diante da nova postura do Banco de Moçambique de evitar que o seu Governador fale com a imprensa, clara-

mente porque estamos em ano eleitoral, é importante recordar que em Junho de 2018 Rogério Zandamela manifestou as desconfianças da instituição que dirige sobre "as incertezas quanto ao rigor das medidas de consolidação fiscal necessárias para mitigar o risco associado à sustentabilidade da dívida pública no contexto do ciclo eleitoral de 2018, que são as eleições municipais, e em 2019, as eleições presidenciais e dos governadores".

Ultrapassadas as eleições Autárquicas salta à vista que o Governo não tem realizado a consolidação fiscal necessária para a inverter o rumo

da economia nacional. "Limita-se a divulgar medida paliativas e aparentemente visando uma consolidação fiscal, mas o que tal consolidação fiscal significa na prática é restringir ao mínimo a alocação de recursos aos sectores social prioritários, para paralelamente manter ou mesmo ampliar a alocação para sectores securitários, encargos da dívida e reforço da máquina burocrática de apoio ao partido no poder", explicou ao @Verdade o Professor de Economia e investigador do IESE, António Francisco.

Relativamente às incertezas quanto à evolução dos preços

dos bens administrados que o BM assinala também há pouco mais de 6 meses Rogério Zandamela havia mostrado preocupação relativamente aos preços dos combustíveis líquidos, da água potável, da energia eléctrica, dos transportes de passageiros, das portagem e até mesmo das taxas municipais.

Em Outubro o Governador do banco central também alertou para o impacto das negociações para a Paz, o pacote de descentralização e da desmilitarização nas decisões do Comité de Política Monetária.

Um outro economista entrevistado pelo @Verdade indicou como causas do enfraquecimento da moeda moçambicana os vários compromissos que o Estado tem de pagar em divisas, os calotes que Moçambique está a dar aos investidores das dívidas ilegais assim como ao Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social do Brasil e a detenção de Manuel Chang.

Entretanto outras fontes ouvidas pelo @Verdade revelaram que a detenção do antigo ministro das Finanças de Armando Guebuza, e colega de Executivo de Filipe Nyusi, estará a colocar em xeque a unanimidade e torna da indicação do actual do presidente do partido Frelimo como o candidato para as eleições Presidências de Outubro próximo, criando mais uma incerteza para Moçambique, pelo menos até a reunião do Comité Central prevista para Março.

Atanásio M'tumuke quer corrupção e subfacturação longe das Forças Armadas

O ministro da Defesa Nacional, Atanásio M'tumuke, empossou, na segunda-feira (11), em Maputo, seis oficiais para diferentes áreas estratégicas das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e apelou para que evitem corrupção e a subfacturação na aquisição de bens. As declarações do governante podem não ter sido à toa, pois aquela instituição do Estado ainda está ensombrada por um dos maiores desfalques de vários milhões de meticais no Comando do Exército.

Texto & Foto: Emílio Sambo

Em 2018, o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) acusou cinco militares do Comando do Exército e sete cidadãos civis de desvio de mais de 19 milhões de meticais, após investigações aturadas relacionadas com o rombo de 36 milhões de meticais, orquestrado por militares afetos ao mesmo Comando.

Em consequência com o referido desfalque, dois militares foram condenados a 16 anos de prisão e ao pagamento de 40 milhões de meticais de indemnização ao Estado.

No mesmo processo, os familiares e amigos dos réus foram condenados a penas que variam de 10 a 15 anos de prisão.

Atanásio M'tumuke empossou o Coronel Omar Nalá Saranga, o Brigadeiro Tenente Freitas Norte, o Brigadeiro Luciano Amândio Barbosa, o Brigadeiro Altino Filipe Auze, o Brigadei-



ro Francisco Aine Camorai e Adriano Manuel Amade Malache, para as funções de directores de Política de Defesa, do Departamento de Educação

Cívico Patriótica, do Departamento do Pessoal, do Departamento de Logística, Inspector da Força Aérea e Estudos, Planificação e Projectos, respectivamente.

Dirigindo-se a cada um deles, o governante disse, porque exemplo, que Altino Auze deve pautar por uma gestão eficiente e eficaz dos recursos escassos e limitados alocados ao sector que vai administrar, bem como respeitar os procedimentos administrativo-financeiros em todos os momentos, incluindo de adversidades e carência de meios.

Para tal é preciso ter a "moral para resistir às pressões e instrumentalização e despir-se de vontades pessoais e actos de corrupção".

"Queremos ver a nossa tropa devidamente aprumada, sem que para tal haja espaços para subfacturações", afirmou.

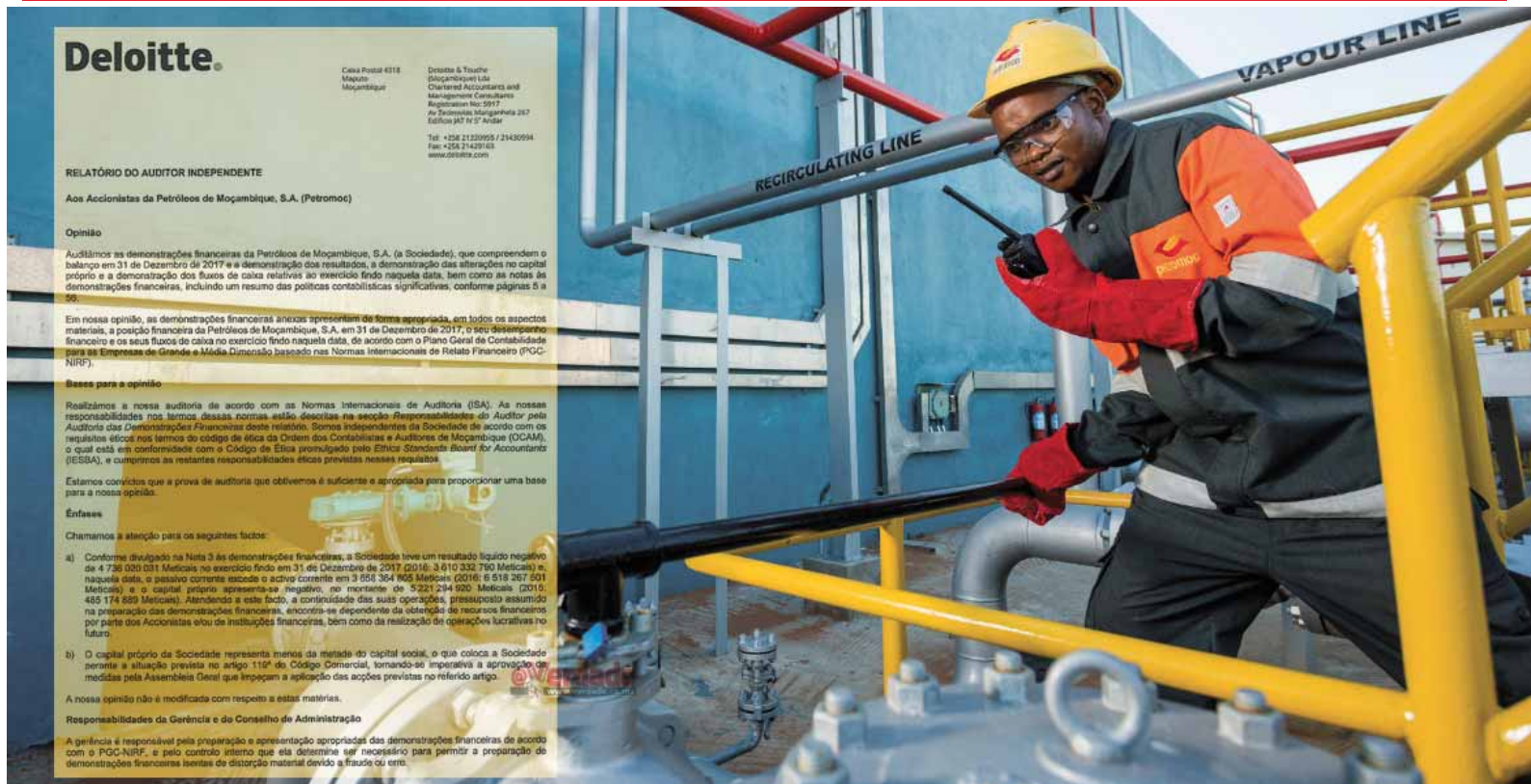
O Brigadeiro Francisco Camorai, nomeado Inspector da Força Aérea, recebeu uma orientação para "gestão estratégica dos escassos meios aéreos existentes e a melhor conservação dos mesmos".

Coronel Omar Saranga, o ministro exigiu "proactividade" para que a Direcção de Política de Defesa continue a ser o que classificou como "espelho e a porta de entrada de parceiros de cooperação para o sector de defesa".

Ele apelou ainda para que o empossado imprima mudanças sem se prender ao passado.

"Aprimore a formação, o ensino, a instrução militar e a revisão dos currículos dos estabelecimentos de ensino e formação militar, para que tenhamos a capacidade de resposta às novas ameaças", disse M'tumuke, ao Brigadeiro Luciano Barbosa.

Petromoc continua em falência: prejuízos aumentam para 4,7 bilhões e capital próprio degrada-se em mais de 1000 por cento



A petrolífera estatal continua em situação de falência técnica pelo terceiro ano consecutivo, encerrou o exercício de 2017 com prejuízos de 4,7 bilhões de meticais, mais um bilhão do que no ano anterior, a dívida com bancos ascendeu a 14,5 bilhões de meticais e o capital próprio degradou-se de 485 milhões negativos para 5,2 bilhões de meticais negativos.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Petromoc

continua Pag. 10 →

Uma razão para Presidente Nyusi perceber porque os países africanos continuam a ser pobres

O Presidente Filipe Nyusi declarou em Adis Abeba que não percebe porque os países africanos continuam a ser pobres, embora tenham se libertado da escravatura. Uma das razões ignoradas por Filipe Nyusi, no caso Moçambique, é que “volvidos mais de 40 anos de independência, o partido libertador ainda apresenta um modus operandi muito semelhante ao do antigo colonizador, uma clara reprodução do sistema contra o qual lutou durante dez anos” explicou o académico Zefanias Matsimbe.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência República

À margem da 32ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana o Chefe de Estado moçambicano participou, em Addis-Abeba, de um evento de reconhecimento da passagem do 400º aniversário da abolição do comércio transatlântico de escravos onde constatou que: “É verdade que já não somos escravos, mas continuamos a ser pobres. Por isso, precisamos de perceber a forma de escravatura que nós estamos a enfrentar se deve a falta de capital humano, ou de aproveitamento pleno do nosso potencial, inteligência e recursos”.



Nyusi afirmou que os africanos são um único povo, “pelo que chegou a altura de fazermos uma reflexão e tentarmos perceber as nossas origens, onde estamos e onde queremos chegar” e admitiu que “as coisas não estão a avançar da forma como seria de desejar”.

Recuperando uma reflexão do professor Zefanias Matsimbe, do Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), é possível clarificar algumas das dú-

vidas do Presidente Filipe Nyusi.

“Os partidos libertadores e nacionalistas tomaram o poder com ambiciosos planos desenvolvimentistas, o que significa que, para além da conquista do poder, havia também a necessidade de dar outro formato

aos novos Estados independentes (Dorman, 2006); contudo, eles acabaram por importar, de forma intacta, importantes práticas, rotinas e mentalidades da ideologia do Estado colonial (Young, 2004), aspectos contra os quais haviam lutado, como é o caso do uso da violência, o autoritarismo, a exclusão, a exploração do homem pelo homem, a ideia de existência de cidadãos de primeira e de segunda (os anti-sociais), a continuidade da existência de um inimigo interno (o anti-revolucionário), de entre outros”, escreveu o académico moçambicano.

“Partido libertador ainda apresenta um modus operandi muito semelhante ao do antigo colonizador”

Na reflexão inserida no livro “Desafios para Moçambique 2017” do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) o professor Matsimbe constatou que: “A tomada triunfal do poder pelos partidos libertadores foi caracterizada por ambiciosas promessas desenvolvimentistas, com iniciativas de empreendedorismo estatal para acabar com o legado colonial de subdesenvolvimento. Nos primeiros anos de independência foi notório o esforço dos novos governos para estabelecer empreendimentos fabris ou industriais de vários tipos para uma rápida modernização da economia, o que criou expectativas de melhorias de condições de vida que serviram de força mobilizadora das massas para aderir ao projecto nacionalista e legitimar os novos governos (Ajayi, 1982; Young, 2004). Nkrumah, um dos grandes líderes visionários e nacionalistas da época, é citado a prometer tornar Gana um paraíso em dez anos a seguir à independência (Young, 2004). O sonho de melhoria de condições dos seus povos foi mais forte nos países que abraçaram a doutrina socialista, que viam na modernização das suas economias o propul-

sor do desenvolvimento.”

“Com o tempo, estas expectativas e este optimismo dos planos de desenvolvimento tornaram-se uma desilusão. Uma das razões do falhanço do projecto progressista, na perspectiva de Ajayi (1982), é que a nova liderança dos Estados independentes tinha uma ideia muito clara sobre o que queriam eliminar, nomeadamente o jugo imperialista, a discriminação e exploração do homem pelo homem, mas faltava uma ideia sobre o tipo de sociedade a criar. Tinham apenas uma ideia bastante vaga de uma sociedade baseada nos conceitos de europeização e modernização”, explicou o professor da UEM.

Além, e no caso concreto de Moçambique, Zefanias Matsimbe referiu que: “Os libertadores de Moçambique foram invadidos por uma mentalidade neopatrimonialista caracterizada pelo assalto pela liderança do partido libertador aos recursos do Estado para premiar os que se mostrassem leais ao partido”, e por isso conclui que “volvidos mais de 40 anos de independência, o partido libertador ainda apresenta um modus operandi muito semelhante ao do antigo colonizador, uma clara reprodução do sistema contra o qual lutou durante dez anos”.

A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 09 - Petromoc continua em falência: prejuízos aumentam para 4,7 bilhões e capital próprio degrada-se em mais de 1000 por cento

A registar prejuízos desde 2015 a Petróleos de Moçambique (Petromoc) não conseguiu sanar a situação de falência técnica em que se encontra desde o exercício económico de 2016.

Analisando as Demonstrações Financeiras de 2017 o @Verdade descortinou que embora a Petromoc tenha conseguido aumentar as suas vendas, de 22,5 bilhões para 23,4 bilhões de meticais, o resultado líquido do exercício agravou-se de 3,6 bilhões negativos para 4.736.120.031 meticais muito influenciado por imparidades das contas a receber que ascenderam a 2,5 bilhões de meticais, contra 699 milhões do ano anterior.

Os activos da petrolífera estatal pouco valorizaram-se, os 20,8 bilhões de 2016 cresceram para 21,2 bilhões de meticais em 2017, contudo o resultado negativo bilionário degradou-se em cerca de 1000 por cento o capital próprio que dos 485 milhões negativos de 2016 disparou para 5,2 bilhões de meticais negativos.

O @Verdade apurou ainda que o passivo não corrente mais do que duplicou, de 6,3 para 13,6 bilhões de meticais influenciado por novos empréstimos de longo prazo de 7,4 bilhões de meticais obtidos durante o exercício. As Demonstrações Financeiras a que o @Verdade teve acesso não indicam que instituições bancárias concederam esses financiamentos e qual a sua finalidade.

Por outro lado a Petromoc conseguiu reduzir o seu passivo corrente, de 15 bilhões para 12,7 bilhões de meticais, graças a amortização de 7,2

bilhões de meticais das suas dívidas à banca.

No entanto o passivo corrente continua muito elevado devido as dívidas com fornecedores que não foram pagas e ainda aumentaram, em 2016 a Petróleos de Moçambique devia 4 bilhões e no ano seguinte aumentou as facturas atrasada para mais de 7 bilhões de meticais.

“O capital próprio da Sociedade representa menos de metade do capital social”

O Auditor independente às contas da Petromoc alertou a Administração da empresa no seu relatório que: “Conforme divulgado na Nota 3 às demonstrações financeiras, a Sociedade teve um resultado negativo de 4.736.020.031 meticais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 (2016: 3.610.332.790 meticais) e, naquela data, o passivo corrente excede o activo corrente em 3.658.805 meticais (2016: 6.518.267.501 meticais) e o capital próprio apresenta-se negativo, no montante de 5.221.294.920 meticais (2016: 485.174.889 meticais). Atendendo a este facto, a continuidade das suas operações, pressuposto assumido na preparação das demonstrações financeiras, encontra-se dependente da obtenção de recursos financeiros por parte do accionistas e/ou instituições financeiras, bem como da realização de operações lucrativas no futuro.”

Além disso, “O capital próprio da Sociedade representa menos de metade do capital social, o que coloca a Sociedade perante a situação

PETRÓLEOS DE MOÇAMBIQUE, S.A. (PETROMOC) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Montantes expressos em Meticais)			
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016			
	Notas	31-Dec-2017	31-Dec-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos tangíveis	5	11,121,976,297	11,436,304,553
Activos tangíveis de investimento	6	362,484,648	368,328,036
Investimentos em subsidiárias e associadas	7	587,709,304	586,913,804
Outros activos financeiros		48,945,083	-
		12,122,095,332	12,401,546,393
Activo corrente			
Inventários	8	2,424,832,396	1,603,498,906
Clientes	10	2,611,229,530	2,500,382,966
Outros activos financeiros	8	2,888,202,963	2,542,117,328
Outros activos correntes	11	155,473,842	786,005,770
Imposto a recuperar	26.6	94,502,518	80,091,214
Caixa e bancos	12	857,389,872	578,974,474
		8,031,641,121	6,189,070,698
TOTAL DO ACTIVO		21,153,736,453	20,892,617,091
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	13	1,800,000,000	1,800,000,000
Reservas		2,313,243,572	2,520,988,546
Resultados transferidos		(4,598,416,481)	(1,165,911,645)
Resultado líquido do período		(4,736,120,031)	(3,610,332,790)
Total capital próprio		(5,221,294,920)	(485,174,889)
Passivo não corrente			
Empréstimos obtidos	14	11,905,281,153	4,465,378,678
Outros passivos financeiros	15	-	12,354,262
Passivos por impostos diferidos	26	1,725,799,211	1,860,720,641
		13,635,080,364	6,388,453,581
Passivo corrente			
Provedores	18	819,143	819,143
Fornecedores	16	7,091,330,583	4,087,049,483
Empréstimos obtidos	14	2,586,199,780	9,873,842,586
Outros passivos financeiros	15	696,413,581	857,127,119
Outros passivos correntes	17	2,446,187,922	388,499,851
		12,739,951,009	15,026,338,159
TOTAL DO PASSIVO		26,375,031,373	21,377,791,540
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		21,153,736,453	20,892,617,091

Atanásio M'tumuke (re)insiste que os ataques em Cabo Delgado têm mão externa

O ministro da Defesa Nacional, Atanásio M'tumuke, (re)insiste, sem apresentar pormenores e argumentos, que os ataques que assolam as comunidades, sobretudo recônditas, de alguns distritos da província de Cabo Delgado, são planificados no estrangeiro e os moçambicanos são apenas vítimas. Porém, prosseguiu, as instituições do Estado funcionam normalmente.

Nas últimas duas semanas, pelo menos 13 pessoas foram mortas por atacantes. Algumas vítimas foram decapitadas, como é o caso de um professor afecto à Escola Primária de Nangade. Ele foi esquartejado. Estima-se que aproximadamente 170 pessoas já foram assassinadas, desde o início dos ataques a 05 de Outubro de 2017.

“A orquestra é tocada fora e nós dançamos como moçambicanos. Os moçambicanos que praticam” estes actos “são jovens que vivem nas aldeias e se organizam” para semearem terror, disse, na segunda-feira (11), na capital do país, à margem da cerimónia de investidura dos oficiais gerais da Renamo e outros quadros do Ministério da Defesa Nacional (MDN).

Não é a primeira vez que o governante defende a mesma ideia. Recentemente, ele declarou que



os jovens que perpetraram os ataques são “desempregados enganados” por indivíduos estrangeiros em conluio com nacionais. “Quem são os malfetores? São jovens que estão a ser enganados por causa do desemprego”.

Atanásio M'tumuke não só tem

essa percepção, como também considera que as incursões armadas a aldeias e/ou comunidades são isoladas e não sugerem que a situação tenha saído do controlo do Estado, porquanto as Forças de Defesa e Segurança (FDS) estão no terreno e garantem a segurança.

“Há sim registo de novos casos mas não se trata de aumento”, uma vez que a população se movimenta supostamente com normalidade e “as instituições estão a funcionar”.

Desde 05 de Outubro de 2017 que uma organização que se acredita ser o Al-Shabab invade aldeias de distritos como Mocimboa da Praia, Macomia e Nangade incendeia casas e mata habitantes com recurso a armas brancas e de fogo.

A onda de violência àquela pro-

víncia começou após um ataque armado a postos de polícia de Mocimboa da Praia.

Segundo M'tumuke, desde a eclosão dos ataques em Cabo Delgado “muitas pessoas” foram detidas e ele referiu-se aos 189 acusados que se encontram em julgamento, por alegado envolvimento no caso.

Aliás, o falecido empresário sul-africano Andre Hanekom, de 60 anos, era indiciado de ser o financiador, logístico e coordenador dos ataques, com o propósito de criar instabilidade e impedir a exploração de gás natural na província, de acordo com a acusação do Ministério Público (MP).

O ministro disse que não tem palavras para qualificar o grupo que promove o terror em alusão. “Não sei se são malfetores”.

Homem detido por assassinato no sul de Moçambique

Um homem de 35 anos de idade encontra-se sob custódia da Polícia da República de Moçambique (PRM), na província de Gaza, acusado de assassinar um concidadão de 31 anos, supostamente por razões passionais.

Texto: Redacção

O homicídio aconteceu numa terça-feira (04), no posto administrativo de Combomune, no distrito de Mabalane.

Não foi possível apurar a causa e os detalhes do crime. Contudo, as autoridades policiais naquele ponto do país disseram ao @Verdade que o indiciado alegou que a vítima amantizava com a sua mulher.

O assassinato foi cometido com recurso a uma catana e o suposto homicida revelou que amputou os membros superiores da sua vítima e tentou livrar-se do cadáver.

Sociedade Civil demanda a instituições internacionais pelo não pagamento das dívidas ilegais pelo povo mas não o exige ao partido Frelimo nem ao Presidente Nyusi



Em cartas assinadas por Graça Machel e enviadas para o Credit Suisse, ao Banco norueguês de investimentos, a Agência de combate à corrupção do Reino Unido, ao órgão regulador financeiro do Reino Unido e ao Fundo Monetário Internacional, a sociedade civil moçambicana advoga o não pagamento dos empréstimos ilegais das empresas Proindicus, EMATUM e MAM pelo povo moçambicano. Porém o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) não exigiu o repúdio dessas dívidas ao partido Frelimo e ao Presidente Filipe Nyusi. "A minha experiência com o Presidente da República é uma pessoa que não responde as coisas que a sociedade lhe coloca", clarificou Adriano Nuvunga ao @Verdade.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: @Verdade

continua Pag. 12 →

Legislação sobre descentralização em Moçambique a caminho do Parlamento

O Governo moçambicano apreciou, na terça-feira (12), a legislação sobre a descentralização, processo que prevê, entre outras inovações, a eleição dos governadores provinciais, a partir das eleições gerais marcadas para o dia 15 de Outubro deste ano, e dos administradores distritais, a partir de 2024. O dossiê relativo a estas matérias ainda será submetido à Assembleia da República (AR), para os devidos efeitos.

Texto: Emildo Sambo

Na actual lei, os governadores e os administradores são nomeados pelo Presidente da República e pelo ministro da Administração Estatal e Função Pública, respetivamente.

Segundo a porta-voz do Conselho Ministros, Ana Comoana, será eleito governador da província o cabeça-de-lista do partido, da coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores que obtiver maioria de votos nas eleições para a Assembleia Provincial. Esta terá a prerrogativa de demitir o governador da província.

O modelo acima é semelhante ao que vigora nas autarquias lo-

cais, implementado também no contexto da descentralização, desde o ano passado.

Até à realização das primeiras eleições distritais, o administrador distrital continuará a ser indicado pelo ministro que superintende a área da "Administração Local do Estado, consultado o governador da província", de acordo com a Lei no. 1/2018, de 12 de Junho, atinente à Revisão Pontual da Constituição da República. Esta já regulou as eleições autárquicas realizadas em Outubro de 2018.

A descentralização, nos termos sugeridos, é resultado do diálogo político entre o Chefe do Estado,

Filipe Nyusi, e o falecido líder da Renamo, Afonso Dhlakama, para a paz efectiva no país.

Trata-se de uma forma de administração que, na óptica de quem a idealizou, visa estimular a "participação dos cidadãos na solução dos problemas" que enfrentam na comunidade e "aprofundar e consolidar a democracia".

Ana Comoana, que é também vice-ministra da Cultura e do Turismo, disse que na futura lei, o que hoje é designado governo provincial, em representação do Governo Central, chamar-se-á conselho executivo provincial, "órgão descentralizado com autonomia própria", ao qual cabe

executar o programa de governação aprovado pela assembleia provincial.

A porta-voz do Executivo disse ainda que ao nível da província, o Governo Central será representado por um secretário de Estado, nomeado e empossado pelo Presidente da República, para "assegurar a realização de funções exclusivas e de soberania do Estado".

O artigo 301-A da Lei no. 1/2018, de 12 de Junho, diz que o regime dos órgãos de governação descentralizada provincial e distrital não é aplicável à cidade de Maputo, uma vez que esta tem um estatuto especial, fixado por lei.



→ continuação Pag. 11 - Sociedade Civil demanda a instituições internacionais pelo não pagamento das dívidas ilegais pelo povo mas não o exige ao partido Frelimo nem ao Presidente Nyusi

No seguimento dos novos dados revelados pela acusação da Justiça norte-americana sobre a fraude que foi orquestrada e culminou com os empréstimos de mais de 2 biliões de dólares norte-americanos o FMO, instituição que aglutina 21 Organizações da Sociedade Civil nacional, demandou do banco suíço onde os empréstimos foram inicialmente negociados que “declare que o povo moçambicano não deve pagar um único centavo destas dívidas, a recuperação do dinheiro deve acontecer junto das empresas e indivíduos que beneficiaram deste caos.”



“Não é apenas sobre os biliões de dólares, mas sobre milhões de moçambicanos que foram empurrados para a pobreza extrema, cidadãos que morrem por falta de medicamentos nos hospitais, milhões de alunos que não tem acesso a livros e educação de qualidade como resultado da corrupção, das ilegalidades e das acções fraudulentas envolvendo alguns dos vossos funcionários”, pode-se ler ainda na missiva endereçada ao Credit Suisse.



Ao Banco norueguês de investimentos, accionista do banco suíço através do seu Fundo de Pensões, as Organizações da Sociedade Civil moçambicana apelam ao seu compromisso de “fazer as coisas bem” responsabilizando a Administração do Credit Suisse pela sua conduta nas dívidas ilegais e recomendem o cancelamento das mesmas.

Membro do Comité Central do partido Frelimo é uma das signatária das cartas

Noutra missiva, endereçada a Agência de combate à corrupção do Reino Unido, o Fórum de Monitoria do Orçamento solicita o ponto de situação

da investigação levada à cabo pela instituição aos bancos que emprestaram os 2 biliões de dólares e pede explicação sobre que medidas correctivas serão levadas à cabo para garantir ao povo moçambicano o compromisso da agência em fazer cumprir a lei britânica.

O FMO manifestou ainda a sua preocupação ao órgão regulador financeiro do Reino Unido que desistiu da investigação criminal à conduta dos bancos Credit Suisse e russo VTB e demandou que a instituição realize uma investigação completa aos bancos assim como aos banqueiros responsáveis pelos empréstimos ilegais.



A sociedade civil moçambicana escreveu ainda ao Fundo Monetário Internacional reiterando a posição anteriormente apresentada que o povo não deve pagar as dívidas ilegais e pediu uma retoma “assim que possível” das negociações normais e do apoio financeiro a Moçambique.

As cinco cartas, datadas de 25 de Janeiro, estão assinadas, em representação da Sociedade Civil, por Paula Monjane do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil, Eufregina dos Reis do Grupo Moçambicano da Dívida, Denise Namburete da N'weti e ainda por Graça Machel da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, mas que é viúva do antigo presidente do partido Frelimo e primeiro Chefe de Estado moçambicano assim como pertence ao decisório Comité Central da formação política que governa o país desde 1975.

Responsabilização política ao partido Frelimo pode acontecer nas Gerais deste ano

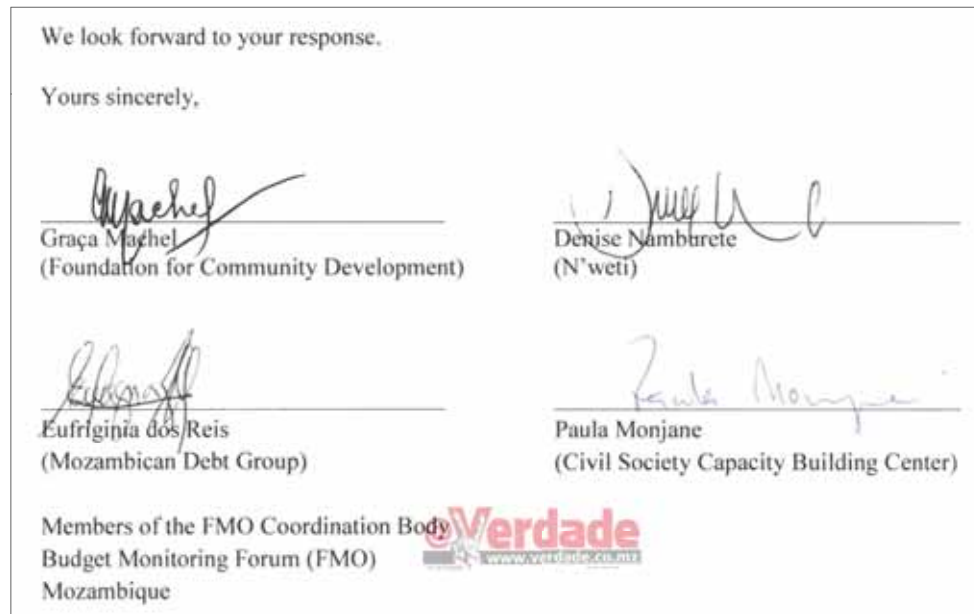
Tendo em conta que membros dos partido Frelimo foram actores principais na contratação das dívidas ilegais, beneficiaram-se dos biliões de dólares e criaram condições para que o povo pague aos bancos e aos investidores o @Verdade questionou ao FMO porque razão não dirigiram cartas também a formação política que governa o país desde 1975, ao actual Presidente da República e a Assembleia da República.

“A essas entidades não é preciso fazer uma carta, essas entidades são as que governam o país neste momento, são as entidades que não estão a pagar aos professores, não estão a conseguir pôr o transporte público por causa dessas dívidas, o mais ló-

gico seria essas entidades tomarem a iniciativa. Mas o que nós assistimos são essas entidades que continuamente tem estado a empurrar um problema para frente, por um lado, mas até um passado muito recente diziam que esse problema não existia. Essas entidades na verdade são parte do problema”, explicou Adriano Nuvunga.



O representante do Fórum de Monitoria do Orçamento acrescentou que “em relação ao partido Frelimo, e tratando-se de um ano de eleições,



eles tinham que resolver o mais rapidamente este problema porque a responsabilização política sobre as acções que eles tomam pode acon-



tecer”, em alusão as Gerais de 15 de Outubro próximo.

“A entidade junto a qual tem que se buscar uma solução legal deste problema, porque estamos em democracia, é o Conselho Constitucional”, concluiu Nuvunga.

No entanto é preciso recordar que há quase dois anos o FMO submeteu ao órgão de soberania um pedido de anulação das dívidas das empresas Proindicus, EMATUM e MAM que até hoje não obteve resposta. No



Província de Manica: Carlos Mesquita entrega mais sete novos autocarros

O Ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita procedeu, na última sexta-feira, 8 de Fevereiro, à entrega de sete novos autocarros aos operadores privados de transporte público da província de Manica, seleccionados localmente através de um concurso público.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

As sete unidade entregues juntam-se aos três autocarros já alocados ao Conselho Municipal da Cidade de Chimoio, em Novembro do ano passado, estando inseridas no quadro da implementação das medidas definidas pelo Governo para a melhoria do transporte de passageiros em todo o País.

Falando na ocasião, Carlos Mesquita assegurou que o Governo continuará a trabalhar com os órgãos autárquicos e operadores privados do transporte público, para a melhoria do transporte público urbano em todas as capitais provinciais e algumas cidades e vilas onde se mostrar necessário.

“A entrega destes autocarros é a prova inequívoca da atenção que o Governo tem dado à problemática do transporte público em todo o País. O pacote de medidas em curso para a melhoria do transporte público urbano não se destina apenas à zona metropolitana de Maputo. O Governo está atento às necessidades de todo o País, atendendo, obviamente, às características específicas de



cada urbe”, disse Mesquita.

De um total de 10 autocarros entregues à província de Manica, cinco serão alocados ao transporte público na Cidade de Chimoio e os restantes vão assegurar as ligações interdistritais, devendo servir as populações dos distritos de Gondola, Manica, Sussundenga e outros.

Durante a sua estada em Manica,

Carlos Mesquita trabalhou ainda com as instituições do seu pelouro para acompanhar o ritmo de implementação dos principais projectos, visitou principais empreendimentos como o Aeródromo de Chimoio, o Centro de Inspeção de Veículos, a fronteira de Machipanda, para além de ter mantido encontros com operadores do transporte rodoviários e demais actores do sector em Manica.

Mundo

Serra Leoa declara estado de emergência devido a epidemia de violência sexual

O Presidente da Serra Leoa, Julius Maada Bio, declarou o estado de emergência no país devido a uma grave crise de violência sexual, após o choque gerado pelo caso de uma criança brutalmente violada pelo tio. A menina de cinco anos sofreu lesões na coluna e corre o risco de ficar paraplégica.

Texto: Público de Portugal • Foto: Reuters/STRINGER

“Ela poderá nunca mais voltar a andar e eu quero vingança depois do que aconteceu”, disse a avó da criança, que está internada num hospital em Freetown, capital do país. “O homem que fez isto arruinou a sua vida e merece passar a vida na prisão”, acrescentou.

A impunidade, no entanto, tem sido a norma nestes casos na Serra Leoa, país em que os crimes sexuais têm uma pena máxima de 15 anos de prisão. Poucas vezes esta sentença foi aplicada.

Depois de meses de protestos e campanhas, o Presidente Julius Maada Bio considerou agora que os abusos sexuais a menores devem ser punidos com prisão perpétua.

“Algumas famílias praticam uma cultura do silêncio e mostram indiferença em relação à violência sexual, deixando as vítimas ainda mais traumatizadas”, disse Bio no Parlamento. “Nós, como nação, devemos erguer-nos e enfrentar esse flagelo.”

De acordo com a polícia da Serra Leoa, os casos de violência sexual e de género duplicaram no ano passado. Registam-se mais de 8500 crimes, em que um terço envolve menores. A primeira-dama, Fatima Bio, disse que há muitos mais casos que nunca foram reportados às au-



toridades.

A violência de género é um tema tabu na Serra Leoa. O país declarou-se independente há 46 anos e só há 12 o Parlamento aprovou as primeiras leis de igualdade de género, por pressão de grupos feministas. A implementação das medidas tem sido lenta devido à escassez de recursos, o que facilita a impunidade.

Em Dezembro, a primeira-dama encabeçou uma manifestação na capital para chamar a atenção para o tema. Também lançou a campanha “Hands Off Our Girls” (não toquem nas nossas mulheres), para alargar o debate sobre a violência contra mu-

lheres a todo o Oeste Africano.

O anúncio sobre a declaração do estado de emergência foi visto como um passo na direcção certa, mas as organizações não governamentais pedem mais. “Temos de pensar que os serviços de apoio aos sobreviventes ainda não são acessíveis, especialmente para os pobres”, disse Fatmata Sorie, a presidente do movimento LAWYERS, que dá apoio e serviços financeiros a mulheres e crianças vulneráveis.

“Hoje demos um passo gigante, mas isto é um processo muito complexo que requer soluções complexas e contínuas”, acrescentou.

Em Moçambique: Standard Bank vai ajudar clientes chineses a investir e realizar negócios

Com vista a promover laços empresariais entre Moçambique e a China, o Standard Bank vai organizar, próxima terça-feira, dia 19 de Fevereiro, em Maputo, um workshop, através do qual se pretende demonstrar o relacionamento especial que o banco mantém com a comunidade chinesa no País.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

No evento, enquadrado nas celebrações do novo ano chinês – ano do porco –, que decorrem desde o dia 5 de Fevereiro, o Standard Bank vai apresentar soluções financeiras de que dispõe, visando ajudar aos clientes chineses na realização dos seus investimentos e negócios.

O Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) detém 20 por cento do Grupo Standard Bank, uma parceria que torna o investimento chinês em Moçambique mais cómodo e fácil, dada a experiência de ambas as instituições.

Através desta parceria estratégica, o Standard Bank tem explorado oportunidades com vista a expandir a cooperação para novas áreas de negócio e ajudar a comunidade empresarial chinesa em Moçambique não somente para efeitos de socialização, como também para efectuar transacções e negócios de forma mais contínua.

Na banca de retalho, o Standard Bank tem trabalhado por forma a trazer novas soluções para facilitar as remessas pessoais entre Moçambique e a China, o que vai permitir a realização de pagamentos internacionais online directos entre as pessoas e entre as empresas, num processo gerido por equipas de especialistas dedicados, melhorando, desta forma, a conveniência e reduzindo os custos para os clientes.

É neste contexto que o Standard Bank se tornou no primeiro banco comercial a efectuar a conversão de Meticals para Yuan (moeda chinesa), nos seus balcões de atendimento, em todo o País, o que tornou possível o pagamento de facturas de importação directa em moeda chinesa.

Trata-se de inovações que concorrem para alavancar o investimento daquele país asiático em Moçambique, através do financiamento ou oferta de serviços bancários, que tornam as operações mais fáceis e seguras.

Uma das vantagens oferecidas pelo Standard Bank é o facto de ter, na sua vasta equipa, especialistas em diversas áreas, tais como petróleo e gás, agricultura, infraestruturas, entre outras, que podem dar suporte aos investidores chineses.

Aumento das trocas comerciais

Importa realçar que as trocas comerciais entre os dois países registaram um aumento significativo em Janeiro de 2017, atingindo os 168 milhões de dólares norte-americanos, valor que representa um crescimento de 2,24% em comparação com o que se verificou em igual período em 2016.

Com efeito, as empresas chinesas venderam produtos no valor de 120 milhões de dólares, mais 2,16% face a 2016, e compraram bens no montante de 47 milhões de dólares.

Entre os produtos exportados de Moçambique para a China o destaque vai para a madeira, sendo que os bens de importação incluem electrodomésticos e equipamentos para a construção e a indústria.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Governo, PGR, PRM e CNDH indiferentes à violação de direitos humanos em Namanhumbir e noutras áreas de exploração mineira

O Governo e a Procuradoria-Geral da República (PGR) continuam incapazes de interceder a favor das comunidades cujos direitos são sistematicamente infringidos pelas empresas de exploração mineira em Moçambique, em particular na área de extracção de rubis, em Namanhumbir, distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado. Quem o diz é a Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva (CCIE), que também considera incompreensível o facto de o Estado não ter conseguido levar a mineradora britânica Montepuez Ruby Mining (MRN) à barra do tribunal, com vista a ressarcir a população pelos maus-tratos e danos causados.

Texto: Emílio Sambo

Aquela firma, subsidiária da Gemfields, foi condenada em Londres a pagar uma indemnização de 8.3 milhões de dólares norte-americanos às comunidades de Namanhumbir. A compensação resultou de uma queixa-crime movida por uma sociedade britânica de advogados de direitos humanos, denominada Leigh Day, em Abril de 2018.

A CCIE deplora ainda que a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), uma instituição do Estado, tenha investigado as atrocidades relatadas naquela comunidade, em coordenação com a PGR e a Polícia da República de Moçambique (PRM), sem no entanto tornar público o relatório do que se constatou. Os autores da violência contra as pessoas daquela comunidade também não foram identificados.

Falando à imprensa, na segunda-feira (11), em Maputo, aquele organismo da socie-

dade civil disse que recebeu com interesse a notícia de que a MRN vai indemnizar os residentes de Namanhumbir, “vítimas de graves violações de seus direitos humanos, incluindo assassinatos, torturas e incêndios criminosos de suas habitações, ao longo de vários anos”.

Contudo, lamenta que a mesma empresa negue as práticas criminosas constantes na acusação que lhe foi imposta e, incompreensivelmente, tenha determinado, a seu livre arbítrio, o valor de indemnização às vítimas em Moçambique.

Desde 2011, prossegue a CCIE, foram feitas várias denúncias sobre grosseiras violações de direitos humanos em Namanhumbir, incluindo assassinatos a tiro, soterramento de pessoas vivas, práticas de tortura e outros tratamentos degradantes, contra garimpeiros e membros de comunidades locais.

A aldeia de Ntoro foi alvo de repetidos incêndios e os moradores sempre estiveram firmes de que se tratava de fogo posto por indivíduos identificados com interesses empresariais locais, para forçá-los a abandonar as suas terras sem qualquer compensação.

A lista das atrocidades é longa, segundo sugere aquela agremiação da sociedade civil. Em Julho de 2017, por exemplo, as redes sociais exibiram uma série de vídeos em que alguns agentes da polícia moçambicana, alguns dos quais uniformizados e armados, sequestravam, humilhavam e torturavam civis e/ou mineiros artesanais presos por exercerem essa actividade sem licença, na área ou nas proximidades da concessão da MRM.

Isto é, em parte, reflexo de que o Estado moçambicano mostrou-se sempre ausente e alheio ao sofrimento a que

as comunidades estão sujeitas. Pior que isso, a compensação a ser paga pela MRN “traduz uma fraca capacidade institucional do país ou falta de vontade política”.

“O Estado moçambicano não só esteve totalmente ausente deste processo, como tem-se mantido indiferente”, entende a CCIE

Assim, “de nada valerão os milhões de dólares da Gemfields, atribuídos como indemnização, se a tendência para a militarização e o uso da força para reprimir as comunidades afectadas pela indústria extractiva não for travada imediatamente”, acrescentou.

A MRM é uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, cujos accionistas são a Mwiriti, Limitada, empresa moçambicana detentora de 25% do capi-

tal, e a Gemfields, britânica, detentora de 75% do capital.

A Mwiriti é empresa de Raimundo Pachinuapa, combatente da luta armada de libertação nacional, general na reserva e membro da Comissão Política da Frelimo, partido no poder. Samora Machel Júnior (filho do primeiro Presidente de Moçambique) ocupa na MRN o cargo de Presidente do Conselho de Administração, e Raimundo Pachinuapa (filho mais velho do veterano da Frelimo) ocupa o de Gestor de Operações.

A área concessionada à MRM para a implementação do projecto resulta de atribuição de duas concessões mineiras contíguas, que totalizam uma área de 33.600 hectares, sendo considerada uma das mais extensas áreas concedidas a interesses privados em África. As duas concessões foram amalgamadas em Novembro de 2015.

Plateia

Kacey Musgraves reina no Grammy, histórico para Cardi B e Childish Gambino

A cantora de country Kacey Musgraves foi a rainha da 61ª edição dos Grammy com quatro prémios, incluindo melhor álbum do ano (“Golden Hour”), numa festa histórica para Childish Gambino, vencedor de outros quatro prémios, e para a latina Cardi B, primeira mulher a levar o melhor álbum de rap.

Texto & Foto: Agências

Musgraves, texana de 30 anos, surpreendeu a todos com a sua vitória na categoria principal da noite, embora até lá já tivesse levado o prémio de melhor álbum de country, melhor canção de country (“Space Cowboy”) e melhor atuação individual de country (“Butterflies”).



“É incrível”, confessou Musgraves no palco do Staples Center. “Estou rodeada de álbuns gigantes... É uma loucura ter ganhado, mas estou muito agradecida. Isto não me torna melhor que os demais”, disse a artista.

Gambino, pseudónimo de Donald

Glover, foi outro grande nome da noite com suas vitórias nas categorias de melhor gravação do ano, melhor canção do ano, melhor atuação de rap e melhor vídeo, todas elas pelo imponente e implacável “This is America”.



O músico fez história ao conseguir que, pela primeira vez, um rap ganhasse como melhor canção do ano. No entanto, o artista nem actuou nem assistiu à festa.

Lady Gaga brilhou graças aos seus três fonógrafos nas categorias de melhor atuação pop individual

(“Joanne”), melhor actuação pop de um duo ou grupo e melhor canção escrita para um meio visual, ambos por “Shallow”.

“Estou muito orgulhosa de ser parte de uma filme que aborda os problemas de saúde mental. Muitos artistas os sofrem. Se vocês virem em alguém, não desviem o olhar. Se são vocês que sofrem com eles, embora seja difícil, tentem encontrar coragem e falem”, disse Gaga, que concorre também ao Oscar de melhor atriz por “Nasce uma Estrela”.



Foi uma noite inesquecível também para Cardi B, que brilhou com a sua atuação e no seu discurso de recebimento do troféu de melhor álbum de rap, por “Invasion of Privacy”.

A cerimónia viu contou com shows de Shawn Mendes e Miley Cyrus (“In My Blood”), Kacey Musgraves (“Rainbow”), um espetacular número a cargo de Janelle Monáe (“Make Me Feel”), Red Hot Chili Peppers e Post Malone (“Stay”, “Rockstar” e “Dark Necessities”), H.E.R. (“Hard Place”), Cardi B (“Money”), Alicia Keys, Dan+Shay (“Tequila”) e Diana Ross (“The Best Years Of My Life”). Depois foi a vez de Lady Gaga (“Shallow”), Travis Scott (“Stop Trying to Be God”), Jennifer López homenageando a Motown junto com Smokey Robinson (“My Girl”) e Ne-Yo (“Another Star”), Brandi Carlile (“The Joke”), Chloe X Halle (“Where is the Love”) e Dua Lipa com St. Vincent (“Masseduction”, “RESPECT” e “One Kiss”).

Além disso, houve uma grande homenagem a Dolly Parton, que dividiu o palco com Katy Perry e Kacey Musgraves (“Here You Come Again”), Miley Cyrus (“Jolene”), Errem Morris (“After the Gold Rush”) e Little Big Town (“Rede Shoes”), antes de reunir todos eles para cantar “9 to 5”.

E a festa, que durou três horas e 40 minutos, foi encerrada com um tri-

buto a Aretha Franklin por parte de Andra Day, Fantasia e Yolanda Adams. Outro momento de destaque foi com o prémio de melhor canção rap (“God’s Plan”, de Drake), o prémio de melhor álbum R&B (H.E.R., “H.E.R.”) e melhor novo artista (Dua Lipa), embora poucos tenham conseguido levantar o público como o número inicial protagonizado pela cubana Camila Cabello.

Cabello cantou “Havana” acompanhada por Young Thug, Ricky Martin, Arturo Sandoval e J Balvin. Somente uma presença tão magnética como a da ex-primeira-dama Michelle Obama ofuscou esse começo fantástico.

Michelle, acompanhada por Jennifer López, Lady Gaga, Jada Pinkett Smith e Alicia Keys, apresentadora da festa, afirmou que a música ajuda o povo a compartilhar “sua dignidade, suas tristezas, suas esperanças e suas alegrias”.

“Permite-nos escutar uns aos outros. A música mostra que tudo isso importa: cada história em cada voz, cada nota em cada canção”, finalizou Michelle.

Pergunta à Tina...

Saudações. Quando uma mulher não atinge orgasmo mesmo sentindo bem o sexo, o que pode estar a acontecer? Bom dia Tina. Hélio

Bom dia, Hélio. O que pode estar a acontecer é que tu podes ser parte do problema, quem sabe? Qualquer mulher normal não tem problema em atingir um orgasmo (ou múltiplos orgasmos, pois nesse aspecto as mulheres são mais abundantes que os homens, em geral) desde que o homem a acaricie, a acarinho, a mime, a beije apaixonadamente, com calor humano, e que a estimule e se delicie relaxadamente com o sabor das suas zonas erógenas.

Quando dizes sentindo bem o sexo, acredito que te referes ao pénis penetrado na mulher. Podes crer que, para a maioria das mulheres, isso é muito menos importante do que o mencionado acima. Possivelmente, se investires mais nos preliminares, esquecendo o pénis, a mulher conseguirá bons orgasmos, eventualmente repetidos de acordo com a tua arte. Sucessos, Hélio!

Olá Tina, sou Santos e estou preocupado com a minha senhora que está grávida de 5 meses, mas na semana passada numa noite a gente a fazer relações sexuais ela começa a sentir algo e diz para eu parar, quando ela se levantou, começou a sangrar fora de sério quase uma hora de tempo eu pensei que tivesse abortado. Fomos ao ginecologista e diz não aconteceu nada. O que achas?

Olá, Santos. Fica difícil aconselhar-te, especialmente depois de já teres ouvido a opinião de um especialista, e desconhecer detalhes importantes do problema apresentado. Fizeram ecografia?

Se possível, talvez ouvires uma segunda opinião. Felicidades!

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Atanásio M'tumuke adverte aos oficiais da Renamo que as Forças Armadas serão hostis a comando paralelo e à politiquice

O ministro da Defesa Nacional, Atanásio M'tumuke, acautelou aos oficiais gerais da Renamo a esquecerem o partido de que provêm, a não se envolverem em política durante o exercício das funções para as quais tomaram posse, esta segunda-feira (11), e devem obedecer a um só comando, porque qualquer acto contrário será reprimido. Por sua vez, a equipa que acompanha o processo que levará, quiçá, ao desarmamento da Renamo, anseia que as partes em conflitos cheguem a um "acordo final de cessação das hostilidades e de paz até Abril de 2019", pois só assim as eleições gerais marcadas para Outubro próximo terão lugar num ambiente "livre da ameaça de violência".

Texto & Foto: Emildo Sambo

O governante dirigia-se, abertamente, ao Brigadeiro Xavier António, ao Comodoro Inácio Luís Vaz e ao Brigadeiro Araújo Andreio Maciacona, que na última sexta-feira (08) foram nomeados, em definitivo, para os cargos de directores dos departamentos de Operações, de Informações Militares e de Comunicações, respectivamente, no Estado-maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

Um dos oficiais não se fez presente à tomada de posse, por razões que o @Verdade não apurou.



A designação ocorre "no âmbito do diálogo político para o alcance da paz efectiva, da concórdia, da reconciliação nacional e do fortalecimento da democracia", cuja materialização depende do Desarmamento, da Desmobilização e da Reintegração dos homens da Renamo (DDR).

O DDR deverá durar 210 dias (sete meses) – dos quais já passaram quatro meses – contados a partir de 06 de Outubro em curso, em que o Chefe do Estado, Filipe Nyusi, anunciou o início da desmilitarização da "perdiz".

"Aconselhamos para que sejam obedientes ao comando vertical que orienta as Forças Armadas de Defesa de Moçambique, que são na sua essência apartidárias" e "não vão permitir interferência na cadeia de comando, ou seja, um comando paralelo. Deixem a política com os políticos", disse Atanásio M'tumuke.

Ele justificou o advertência dada aos visados – numa cerimónia onde tomaram posse outros seis quadros do MDN para diferentes áreas – com o facto de as funções para as quais foram indicados serem "sensíveis".

O ministro recordou ainda que a "base primária do funcionamento" das FADM é não seguir um partido ou facção e respeitar a Constituição da República.

Segundo Atanásio M'tumuke, a nomeação definitiva dos quadros da Renamo marca, por enquanto, o fim do trabalho que compete ao MDN, relativamente ao "Memorando



de Entendimento Sobre Assuntos Militares". Os restantes elementos, acrescentou o governante, serão afectos à Polícia da República de Moçambique (PRM) e o processo para o efeito está a cargo do Ministério do Interior (MINT).

Todavia, desde Dezembro passado, o maior partido da oposição em Moçambique tem vindo a reiterar que os três oficiais, agora com nomeação definitiva, fazem parte de uma lista de "14 oficiais superiores e generais" indicados para "dirigirem três departamentos do Estado-Maior General, uma brigada, dois batalhões independentes, quatro repartições do Exército, dois Estados-Maiores de Brigadas e dois batalhões independentes".

Para o @Verdade, salvo melhor interpretação, o cronograma de actividades com vista a materialização do DDR dos guerrilheiros da Renamo não condiz com o que o Governo tem vindo a propalar.

No.	Atividade	0-10	10-30	30-45	45-75	75-90
01	Confirmação dos Consentes					
02	Entrega de lista dos 10 (H4) oficiais da Renamo a entregar nas FADM e 10 oficiais para ocupar postos de direção e comando na PRM. Entrega de nomes das Partes para integrar a Comissão de Assuntos Militares e Grupos Técnicos Conjuntos.					
03	Início do encaminhamento dos Oficiais da Renamo nas FADM e dos oficiais da Renamo nos postos de comando e direção e nos cargos de direção/comando na PRM de acordo com o anexo A.					
04	Treino especializado dos elementos da Renamo a entregar nas unidades da PRM.					
05	Início da Acomodação					
06	Início do processo de seleção das efectivos a integrar na Polícia da República de Moçambique					
07	Registo das efectivos a designação das áreas de comando					
08	Acomodação e início do armamento					
09	Tratagem e desmilitarização					
10	Entrega de lista dos desmilitarizados para a sua reintegração					

Na quinta-feira (07), o Grupo Técnico Conjunto de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (GTCCDDR) reuniu, na cidade da Beira, com o coordenador dos peritos internacionais, o Brigadeiro Javier Pérez Aquino, e debateu os passos subseqüentes para a concretização do DDR.



Para efectivação deste processo, acordou-se a "realização de encontros numa regularidade semanal para a preparação de documentos e aspectos logísticos".

Ademais, algumas horas depois de os oficiais gerais da Renamo tomarem posse, os Estados Unidos da América (EUA) enviaram um comunicado às redacções, dizendo que o acto "respeita o espírito do acordo de desmilitarização" assinado pelas partes.

Contudo, defende a necessidade de assinatura de "um acordo final de cessação das hostilidades e de paz até Abril de 2019 o mais tardar. É essencial uma aderência rigorosa a este prazo por ambas as partes para manter a assistência contínua da comunidade internacional alargada, e garantir que as eleições gerais de Outubro de 2019 possam ocorrer numa atmosfera livre da ameaça de violência renovada".

FMI “pode dizer claramente ao Credit Suisse que não pode lavar as mãos como fez Pilatos”

A Sociedade Civil moçambicana pretende que o Fundo Monetário Internacional (FMI) diga “claramente ao Credit Suisse que não pode lavar as mãos como fez Pilatos, dizer que foram uns funcionários que fizeram e o banco não sabia” de acordo com Adriano Nuvunga a Justiça norte-americana trouxe novos elementos ao caso das dívidas ilegais “a parte dívida ilegal foi a concretização de uma fraude, portanto muda de figura por completo e há regras internacionais”.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

Diante das revelações da Justiça norte-americana que a contratação dos empréstimos de mais de 2 bilhões de dólares norte-americanos foi apenas uma justificação para uma gigantesca fraude que beneficiou banqueiros, membros do Governo moçambicano e do partido Frelimo o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) escreveu, dentre cinco missivas para instituições internacionais, ao FMI para dizer “que há novos elementos”.

“O elemento novo mais importante é que afinal isto não foi uma dívida ilegal, a parte dívida ilegal foi a concretização de uma fraude, portanto muda de figura por completo e há regras internacionais como a FCPA (sigla em inglês da Foreign Corrupt Practices Act, ou Lei de Práticas de Corrupção no Exterior dos Estados Unidos da América)” explicou Adriano Nuvunga ao @Verdade.

O representante do FMO declarou ainda que: “Há duas coisas importantes que o Fundo Monetário pode fazer, uma em relação ao sistema financeiro mundial afinal é na verdade o boss da banca internacional que muita dela é bandida e pode dizer claramente ao Credit Suisse que não pode lavar as mãos como fez Pilatos, dizer que foram uns funcionários que fizeram e o banco não sabia, houve claramente violação de processos internos do banco e tem que se responsabilizar”.

O @Verdade revelou que grande parte das provas que a acusação norte-americana tem e levou a acusação e pedidos de detenção de Manuel Chang, António Carlos do Rosário, Maria Isaltina Lucas, de três antigos funcionários do banco financiador da Proindicus e EMATUM e ainda de um ex-executivo do grupo Privinvest foram conseguidas através do banco Credit Suisse, o principal financiador, que pretende sair incólume de toda a



fraude e deixar a responsabilidade pelo pagamento das dívidas para o povo moçambicano.

Adriano Nuvunga chamou ainda atenção para o facto de “nós estamos a falar sobre uma coisa que aconteceu mas o Governo de Nusi está em actividade desde 2015, como é que nós sabemos que neste período não estão a cometer-se coisas idênticas, para que não aconteça de novo precisamos do Fundo Monetário Internacional. Chang e Guebuza só conseguiram fazer este calote porque o pacote de reforma que o Fundo Monetário pensava que era bom não foi suficiente, porque se fizeram reformas sem partir muito bem os ovos”.

Nuvunga concluiu declarando que Moçambique precisa “de um pacote de reformas compreensivo para que não volte mais a acontecer, enquanto há o accountability em torno deste problema”.

Recorde-se que o FMI deixou a im-

pressão de haver mudado a sua atitude para com o Governo de Moçambique após as missões que aconteceram em 2018. Aliás a última Missão da instituição financeira multilateral que visitou o nosso país em Novembro último já não referiu as lacunas que antes indicava existirem na auditoria da Kroll e até acolheu “com agrado os esforços contínuos da Procuradoria-Geral da República, em cooperação com os parceiros de desenvolvimento, para trazer responsabilização relativamente à questão das dívidas anteriormente ocultas”.

Além disso o Representante do Fundo Monetário Internacional em Moçambique revelou ao @Verdade que o Conselho de Administração da instituição já havia reavaliado o misreporting relativamente ao cenário macroeconómico que surgiu após a descoberta das dívidas das empresas Proindicus e MAM e culminou com a suspensão do seu Programa Financeiro em Abril de 2016.

Instituto Médio Politécnico passa a atribuir certificado de habilitações por cada ano de formação

O Instituto Médio Politécnico (IMEP), adstrito à Universidade Politécnica, vai introduzir, a partir do presente ano lectivo, a Reforma do Ensino Técnico-Profissional, passando os primeiros anos de formação a funcionar no sistema modular.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Segundo anunciou Ana Paula Rodrigues, directora adjunta pedagógica do IMEP, durante a cerimónia de abertura do ano lectivo 2019, ocorrida na segunda-feira, 11 de Fevereiro, em Maputo, o novo sistema vai implicar, entre outros aspectos, que ao fim de cada ano de formação os formandos recebam os respectivos certificados de habilitações literárias.

Trata-se da implementação de uma decisão do Governo, que visa tornar este modelo de ensino, numa plataforma para o desenvolvimento sócio-económico do País.

O sistema modular, conforme sustentou Ana Paula Rodrigues, constitui uma resposta à decisão governamental e obedece aos padrões de competências para responder àquilo que o mercado precisa, isto é, ao fim de cada ano de formação, os formandos passam a receber o respectivo certificado de habilitações.

“Esta decisão significa, igualmente, que alguém pode começar o curso em Maputo, e terminar o mesmo em qualquer outra cidade, pois a reforma torna possível esta modalidade”, explicou a directora adjunta pedagógica do IMEP, acrescentando que, no sistema anterior, era necessário que o aluno completasse três anos do respectivo curso para ter o diploma.

Por sua vez, Natália Folgado, directora geral do IMEP e das Escolas Secundárias d’A Politécnica (ESDP), salientou que a introdução desta reforma vai exigir maior rigor, para normalizar o trabalho longo desta instituição de ensino técnico-profissional.

“Foi sempre nossa preocupação oferecer um ensino de qualidade, o que pressupõe a selecção rigorosa dos docentes, com qualidade e experiência de padrões elevados”, frisou.

Sobre a introdução da reforma, Natália Folgado disse que a mesma vai impulsionar o desenvolvimento do País com programas de formação que respondem àquilo que o mercado de trabalho realmente necessita.

Importa referir que na ocasião foram distinguidos os alunos, que ficaram no quadro de honra, por terem obtido melhor aproveitamento pedagógico, em 2018.



África ainda tem milhares de crianças-soldado

Dezenas de milhares de crianças são obrigadas a atuar como soldados em pelo menos sete países da África subsaariana, alertou nesta terça-feira a ONG Child Soldiers International no Dia Internacional Contra o Uso de Crianças-soldado.

Texto: Agências

“Os contínuos conflitos na Somália, no Sudão do Sul, na República Democrática do Congo, na República Centro-Africana e em outros países fazem com que as crianças estejam cada vez mais expostas ao recrutamento. Meninos e meninas são usados habitualmente como combatentes e em postos de controle, como informantes, saqueadores de aldeias ou escravos domésticos e sexuais”, afirmou a ONG, que combate o uso de menores como soldados no mundo, em comunicado.

O relatório mais recente da Organização das Nações Unidas sobre crianças e conflitos armados publi-

cado em 2018 - com números de 2017 - aponta o uso de menores na função de soldado em países africanos como República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Mali, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Nigéria.

No nosso continente cresceu em 2017 o número de crianças recrutadas pelo Al-Shabaab (2.127) na Somália e pelo menos 203 foram usados como suicidas pelo grupo jihadista Boko Haram nos Camarões e na Nigéria no mesmo ano, de acordo com o relatório da ONU analisado pela Child Soldiers International.

Já no Sudão do Sul, pelo menos 1.221 foram recrutadas em 2017, totalizando cerca de 19 mil menores participantes de um conflito que assola o país mais jovem da África desde o fim de 2013.

Na República Centro-Africana foram verificados 14 mil recrutamentos desde que o conflito começou, há seis anos, até meados de 2018.

Além disso, mais de 3 mil casos foram reportados na República Democrática do Congo em 2017, segundo o Unicef, para várias milícias ativas no nordeste do país, como a Bana Mura e a Kamuina Nsapu.

Em números gerais, em 2012 a ONU contabilizou o recrutamento de 3.159 novas crianças em 12 países, enquanto em 2017 esse número chegou a 8.185 em 15 países, um aumento de 159%, conforme ressaltou a Child Soldiers International.

No total, segundo a ONG, o número de recrutamentos com base nos relatórios publicados de 2013 a 2018 foi de 29.128 em 17 países, mas a metade dos casos ocorreu fora da África em nações como Síria, Iraque e Colômbia.

“Estas estatísticas são impactantes e, provavelmente, só mostram a su-

perfície da verdadeira escala da exploração infantil por parte de atores armados de todo o mundo. É fundamental o mundo não fazer vista grossa para este abuso contínuo e que os recursos locais e internacionais se ampliem e se combinem para enfrentar o problema de forma mais efetiva”, advertiu a diretora da Child Soldiers International, Isabelle Guitard.

No mundo todo, mais de 240 milhões de menores de idade vivem actualmente em zonas de guerra; muitos deles em contextos de violência, deslocamento, fome e exploração por parte de grupos armados.

Mundo

 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

O Presidente Filipe Nyusi declarou em Adis Abeba que não percebe porque os países africanos continuam a ser pobres, embora tenham se libertado da escravatura. Uma das razões ignoradas por Filipe Nyusi, no caso Moçambique, é que “volvidos mais de 40 anos de independência, o partido libertador ainda apresenta um modus operandi muito semelhante ao do antigo colonizador, uma clara reprodução do sistema contra o qual lutou durante dez anos” explicou o académico Zefanias Matsimbe.

<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/67948>



Donnando Mandlate

Passados esses anos comecei a pensar, será os ditos libertadores? Não Tinham mas é inveja do colono e o expulsaram para ficar no lugar dele e virar “Colono negro” · 13 h



Celso Mahenhane E ficaram pior que o colono Branco · 12 h



Luís Manuel Lopes Paixão

Donnando Mandlate, é bem verdade o que diz, só revela uma mente independente e justa, e uma opinião esclarecida. Eu nasci em Moçambique em 1957, e tive de sair do país para salvar a pele na altura da independência, apenas porque sou branco. Deixámos um país feito, com tudo a funcionar e com boa manutenção. Veja-se como está actualmente. Alguém acha que se os brancos nascidos em Moçambique tivessem podido ficar no país os deputados teriam Mercedes Benz, e haveria residências de função para os funcionários? E a corrupção? E as dívidas ocultas? E os chineses a pilhar e saquear os recursos naturais, e a dar pirrada nos

trabalhadores moçambicanos?

Felizmente que vão aparecendo algumas pessoas esclarecidas, que não confundem os brancos moçambicanos hoje refugiados com os portugueses. · 11 h



Silva Donnando Mandlate

sempre foi a ideia da corja substituir o colono, daí as mortes sem conta na sua história. Não se estuda o fogo mas há “artistas” havidos em rescrever uma história que se adormece sempre, desde a era libertária. 1 · 8 h



Esaú Francisco Combatentes da fortuna “Azagaia”... · 1 h



Lucas Muaga Se não entende as causas da pobreza, como então vai combatê-la? · 13 h



Heras Heras Heras Lucas Muaga disse tudo · 12 h



Orlando Luis Carlos Nhama's

A intenção dos líderes africanos é acabar com os pobres e logo a pobreza ira junto com os pobres. · 10 h



Kino Florentino Silva Esse gajo é mais que Mr.Been · 12 h



Albazine Chichongue Ele também faz parte dos que nos exploram. O salário mínimo devia ser 10.000 · 4 h



Spaliviero Ana Paula Existem pessoas que perdem boas oportunidades de ficarem calados, será que o nosso PR também perdeu essa oportunidade? · 12 h



Jorge Luis Waaaaaa.... Kkkkkk... Custa saber isso?... Não precisa faculdade p ter a resposta... Exemplo: deixarem Chang seguir p EUA etc · 7 h



Helio Cristiano Celestino Moçambique nunca esteve 40 anos independente. Se a memória não me atraiçoa · 12 h



Pritesh Kotecha Helio Cristiano Celestino mais de 40.... · 4 h



Helio Cristiano Celestino Pritesh Kotecha hihhi mesmo assim em 1977 iniciou a guerra civil que durou 16 anos. · 3 h



Pritesh Kotecha Helio Cristiano Celestino isso é nosso.... Não tem nada haver com Portugal... · 3 h



Helio Cristiano Celestino Essa guerra inviabilizou muita coisa que a independência tornou-se aparente. 16 anos de retrocesso · 3 h



Alberto Martins Exaltemos a Patria.... · 8 h



Fernando Capela Não percebe porque não tem a inteligência mínima necessária para entender a história e o comportamento humano. · 5 h



Assane Mateus Aide Pelo menos foi sincero. “ Não entende” · 9 h



Juscinei Katuragi De Melo Tem a mafia instaurada na política mundial, é preciso seguir o protocolo. · 11 h



Dercio Arlindo Manhica Esse nosso chefe de estado, está mais para chefe dum circo... Nunca diz nada de jeito!! · 10 min



Abdul Carimo Nao sabe mesmo? Formado, com muitos conhecimentos... pergunte ao seu povo. A resposta sera unânime. · 4 h



Antonio Il Corto Maltese Vegna Que devolvam o dinheiro para o Cofre do Estado, que deixa de fazer uma vida de super luxo com dinheiro do Povo e depois vamos a ver se conseguimos ganhar na luta contra a pobreza ou não. · 1 h



Makethe Junior Acho que acabava de sair do almoco esse! · 1 h



Aderito Adezenha Nhabanga O problema esta nos nossos chefes. · 10 h



Heras Heras Heras Ele disse a verdade, ele não percebe sequer o que está ali a fazer que até lê em voz alta o que não entende, dando nota negativa ao seu

elenco que governou durante este tempo não só manteve como empurrou nos para cauda da pobreza. Acho que mais do corrupção África tem muita mediocridade no seu dirigismo · 12 h



Orlando Cuambe Qndo a consciência está morta dificilmente libertaremos-nos do jugo do colono, já está claro todo Govenante africano qndo chega ao poder a sua consciência morre, govenam como se os seus países estivessem a dever lhes algo. Isto lembra me Mobuto, Idiamin, Manjistu Mariam, jabdel buccassa... piores líderes e hoje temos seguidores God bless us. · 11 h



Dripper Sr. Presidente, parece k quando era aluno era daqueles k nao faziam TPC!!!!... vai assistir os videos de alguns discursos de Machel... tivesse feito esse TPC nao passaria vergonha a todo um povo!!!!... francamente!!! · 11 h



Helder Uane Perdão pela minha modesta visão, pois mais do q exigir o desenvolvimento de Moçambique, devíamos contabilizar o tempo em q o nosso país esteve mergulhado na guerra de destruição do tecido social e toda infraestrutura que o colono ergueu em 5 séculos, subtraindo na independência esse tempo, e depois adicionar o q se reconstruiu e se construiu, daí vermos se resta algum desenvolvimento ou não. Pra mim Moçambique está a andar rumo ao desenvolvimento, pode ser a “pé Coxinho”, mas está a andar · 5 h



Todor Krastev Reproduziu e reproduz o sistema de exploracao dos países da Europa Oriental. · 13 h

Sociedade

Vítimas da guerra civil em Moçambique ainda traumatizadas, sem horizonte e com dificuldades de se reerguerem

Após 26 anos do fim da guerra civil em Moçambique, também conhecida como a “guerra dos 16 anos”, várias mulheres seguem perturbadas, com sequelas físicas e psicológicas, sem meios de subsistência e tão-pouco perspectivas de futuro. Pior, a sociedade exclui-lhes, não obstante o Governo estar a promover formas de protecção das mulheres, estímulo à sua emancipação e observância dos mesmos direitos e deveres relativamente aos homens, refere uma pesquisa lançada terça-feira (12), em Maputo.

Texto: Emildo Sambo

Durante a guerra em questão, as mulheres foram sujeitas a várias torturas e humilhações. Elas eram “molestadas, ameaçadas e obrigadas a fornecer mantimentos aos guerrilheiros”.

Elas Foram igualmente, e muitas vezes, submetidas “à servidão, à obediência e obrigadas a seguir a marcha. Noutras situações eram violentadas e mortas. As mulheres solteiras ou meninas eram mais preferidas e mais desejadas para serem capturadas”.

O estudo, intitulado “Impacto do Conflito Armado na Vida das Mulheres e Raparigas em Moçambique”, tem 86 páginas e frisa que as vítimas sofrem de forma permanente a interrupção de “um futuro que nunca chegou”.

“Fui capturada para servir as forças de defesa da soberania naquela famosa operação/cam-

panha tira camisa e já tinha 12 cabeças de gado. Se não tivesse sido capturada já teria muitos bens”, relatou uma das entrevistadas aos pesquisadores e queixou-se da falta apoio “para mim e a minha família. Estamos todos entregues à nossa sorte”.

Ela assegurou que não tem absolutamente nada e não consegue esquecer a guerra. No ano passado, “fiz a 12ª. classe já adulta, mas muitos dos meus companheiros não têm essa possibilidade porque não vivem na vila-sede”.

Uma outra vítima narrou que o seu marido era militar e juntos tinham seis filhos, todos assassinados, um a um, na sua presença. “Eu vi todos a serem mortos”.

A crueldade dos guerrilheiros foi de tal sorte que a mulher teria sido forçada “a fazer sexo”

com o marido na presença os seus opressores. “Não conseguimos”, o que deixou os bandidos armados irritados. Na circunstância, eles amarraram o esposo e “violaram-me enquanto riam e zombavam do meu marido”.

“Naquele dia eu queria morrer, mas vivi para ver morrer aqueles que mataram meus filhos. Fui violada por um bando de soldados até minha vagina inchar, sangrar e não conseguir andar, fui encontrada dois dias depois por civis que passavam por ali. Eles violavam e depois enfiavam faca, pedrinhas, ferro, qualquer coisa que estivesse próxima”, disse a vítima.

O estudo, da autoria de Advogados Sem Fronteiras Canadá (ASFC), em parceria com Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) e o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI/ISRI), foi realiza-

do nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza, totalizando 16 distritos. O mesmo envolveu 245 vítimas diretas e indiretas do conflito.

As entrevistadas reivindicam ações que garantam o direito à educação para os seus descendentes e acesso a projectos de geração de renda que permitam reduzir o impacto das privações económicas a que estão expostas, segundo os investigadores. Estes observam que em 1992, assim como em 2014, “os esforços para a construção da paz não envolveram a dimensão das vítimas e nem dos direitos humanos”.

Aliás, com o fim do conflito armado, em 1992, os moçambicanos acreditaram que “o retorno a guerra seria impensável, devido à experiência de vários anos de violência e a inexistência de patrocinadores que pudessem reactivar a Renamo”.

Adicionalmente, a adopção do sistema multipartidário, que permitia a canalização das reivindicações populares para os partidos da oposição e a implementação de um sistema democrático, que permitia a corrida eleitoral entre os vários partidos, criava as bases propícias para a consolidação da paz no país. Porém, mais de duas décadas depois da assinatura do Acordo Geral de Roma, o conflito armado ressurgiu, entre 2012 e 2016.

“(...) A necessidade do perdão e do reconhecimento dos horrores cometidos durante a guerra têm sido sistematicamente ignoradas abrindo espaços para uma nova etapa de acumulação de velhas e novas violências, de velhas e novas inseguranças que, ao serem ignoradas constituem formas embrionárias de um novo pré-guerra”, alude o relatório.

Venezuela passa pagamento do petróleo que exporta para banco estatal russo

A companhia petrolífera estatal da Vanezuela, a PDVSA, pediu aos seus clientes para depositarem os pagamentos numa conta aberta recentemente no banco estatal russo Gazprombank, segundo as fontes da Reuters e um documento interno a que a esta agência de notícias teve acesso.

Texto: Público de Portugal

A decisão da PDVSA surge depois das novas e duras sanções de 28 de Janeiro dos Estados Unidos à Venezuela, com o objectivo de bloquear o acesso do Governo do Presidente Nicolás Maduro às receitas do petróleo.

Os apoiantes do líder da oposição venezuelana, que dirige a insurreição contra Maduro e se auto-proclamou Presidente interino, Juan Guaidó, anunciaram nas últimas semanas que vai ser criado um fundo para canalizar as receitas da venda do petróleo do país. Guaidó foi reconhecido como chefe de Estado pelos EUA e por mais de uma dezena de países, entre eles vários da União Europeia (Portugal está incluído neste grupo). Maduro diz que Guaidó é um "fantoche" de Washington que está a orquestrar um golpe na Venezuela.

A PDVSA começou também a pressionar os seus parceiros internacionais que têm participações em joint ventures na área estratégica de produção de Orinoco Belt - onde estão as maiores reservas do mundo - para esclarecerem publicamente se continuam nos projectos, segundo disseram duas fontes familiarizadas com as conversações.

Entre estes parceiros estão a norueguesa Equinor, a multinacional com sede nos EUA Chevron e a francesa Total SA.

"Vimos por este meio informar oficialmente sobre as novas instruções bancárias para serem efectuados os pagamentos em dólares americanos ou em euros", escreveu o vice-director financeiro da Petróleos da Venezuela, Fernando De Quintal, numa carta datada de 8 de Fevereiro enviada à divisão que supervisiona as vendas com os parceiros.

Depois das sanções financeiras de 2017, a PDVSA e parceiros conseguiram manter contas bancárias nos Estados Unidos e na Europa para que os pagamentos da venda de petróleo fossem efectuados. Também usaram filiais nos EUA e na Europa para enviar dinheiro para as contas da PDVSA na China.

Há algumas semanas, a PDVSA deu novas instruções de pagamento e começou a movimentar as contas das suas joint ventures, que podem exportar crude separadamente. A decisão criou um clima de tensão com alguns parceiros, que retiraram funcionários de Caracas desde que os EUA impuseram mais sanções, em Janeiro.

As sanções deram às empresas a operar na Venezuela, entre elas a Chevron e os serviços petrolíferos da Halliburton, da General Electric e da Schlumberger, uma data para encerrarem todas as suas operações neste país sul-americano.

A União Europeia encorajou os Es-

tados-membros a reconhecer temporariamente Juan Guaidó até que sejam realizadas novas eleições na Venezuela. Bruxelas disse que pode aplicar sanções financeiras para impedir Maduro de ter acesso às receitas do petróleo com origem na Europa.

Maduro lida com o colapso económico deste país rico em petróleo e membro da OPEC, e que deixou muitos venezuelanos desnutridos e com dificuldade para ter acesso a medicamentos. A situação provocou o êxodo de cerca de três milhões de venezuelanos.

As sanções destinadas a privar Maduro as receitas do petróleo deixaram uma armada de petroleiros com os tanques cheios ao largo e sem poderem descarregar a sua carga pelos clientes da PDVSA devido a problemas com pagamentos. Este engarrafamento causou problemas à PDVSA que não pode continuar a produzir e a refinar petróleo sem os diluentes e outros componentes que importa.

A Petróleo da Venezuela também ordenou à Petrocedeno, a sua joint venture com a Equinor e a Total, para parar a produção de petróleo extrapesado e melhorado devido à falta de nafta necessária para haver produção em quantidade exportável, uma vez que as sanções americanas proíbem os fornecedores do país de exportarem para a Venezuela.

Flamengo diz que pico de energia pode ter causado incêndio que matou 10 jogadores

O CEO do Flamengo, Reinaldo Belotti, disse neste sábado que as instalações do Centro de Treinamento do clube, onde 10 jogadores morreram num incêndio na sexta-feira, eram adequadas e afirmou que picos de energia, consequência das fortes chuvas que atingiram o Rio de Janeiro nesta semana, podem ter provocado problemas no aparelho de ar condicionado causando o incêndio.

Texto: Agências

Belotti disse em pronunciamento na sede do Flamengo na Gávea, zona sul do Rio, que, embora as instalações do centro de treinamento não tenham sido atingidas pela enxurrada que matou sete pessoas na cidade, a zona oeste, região que abriga o CT, foi bastante atingida e que vários picos de energia elétrica foram registados.

O dirigente, que se recusou a responder perguntas da imprensa após seu pronunciamento, garantiu que os aparelhos de ar condicionado haviam passado por manutenção dias antes da tragédia, que matou 10 atletas das categorias de base do clube de entre 14 e 16 anos de idade que dormiam no local.

"O que nós sabemos até agora é o que a perícia do Corpo de Bombeiros nos falou —falou a alguns dos empregados do Flamengo— que o problema começou no ar condicionado e ninguém pode garantir por que que começou no ar condicionado", disse.

"Eles (aparelhos de ar condicionado) es-

tavam em perfeita ordem, eles funcionavam. Então pode ser, a suposição existente agora, é que esses picos de energia tenham influenciado no funcionamento regular do ar condicionado e ocasionado o princípio de incêndio. Esse incêndio começou e, infelizmente, quando tem um incêndio desse porte, com emissão de fumaça tóxica, as pessoas começam a desfalecer e a partir daí você não tem mais o controle."

Belotti minimizou informações divulgadas pelo município de que o local que abrigava o alojamento não tinha licença para instalação de um dormitório, mas sim de um estacionamento, e de que o Flamengo não tinha alvará de funcionamento para o local, tendo sido autuado 30 vezes, inclusive com determinação de interdição.

"Na realidade, isso não tem nada a ver com o acidente que ocorreu. Nós temos algumas providências a serem tomadas para tornar o CT plenamente legalizado, estamos trabalhando arduamente nisso", disse o CEO do Flamengo. "Para vocês

terem uma ideia, nós precisávamos de nove certificados para conseguir o alvará. Oito deles nós já temos, estamos terminando com o Corpo de Bombeiros para em seguida ter o alvará."

O dirigente flamenguista defendeu as instalações do CT e afirmou que elas são confortáveis e que a direcção do clube se orgulha delas. Disse ainda que o local tinha certificado de regularidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e que o Flamengo recebeu certificado de clube formador da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e da Federação do Estado do Rio de Janeiro (Ferj).

"O que eu queria deixar claro é que nós não estamos falando de um puxadinho, nós estamos falando de um alojamento", disse o dirigente. "A verdade é que aconteceu um acidente trágico. Não foi por falta de investimento do Flamengo, não foi por falta de cuidados do Flamengo. Afinal de contas, esse é o nosso maior ativo. Aquela turma que estava dormindo lá, é o nosso futuro. Nós prezamos muito por essa turma."

Desporto

Premier League: Manchester City destrói o Chelsea com "hat-trick" de Agüero

Em grande fase, o atacante do Manchester City, Sergio Agüero, anotou três golos num mesmo jogo pela segunda vez numa semana na vitória impiedosa do actual campeão contra um péssimo Chelsea, por 6 a 0, no Estádio Etihad, neste domingo, recolocando a equipa de Pep Guardiola na liderança do Campeonato Inglês de futebol.

Texto: Agências

City e Liverpool têm 65 pontos, com o City levando vantagem no saldo de golos, embora tenha jogado uma vez mais do que o rival. O terceiro colocado Tottenham, que ganhou do Leicester por 3 a 1, neste domingo, está cinco pontos atrás.

Agüero, que fez três golos contra o Arsenal, sete dias atrás, igualou o recorde de Alan Shearer, com 11 partidas da Premier League com pelo menos três bolas na rede.

Raheem Sterling abriu o placar para o City, aos quatro minutos, depois de uma rápida cobrança de falta de Kevin de Bruyne que pegou a defesa do Chelsea a dormir.

Depois de Agüero ter perdido um golo incrível, a dois metros da linha, o argentino venceu o guarda-redes Kepa Arrizabalaga com um belo chute de fora da área.

Uma má cabeçada para trás do médio Ross Barkley, do Chelsea, deu de presente a Agüero o terceiro gol do City, e um arremate rasteiro de Ilkay Gündogan levou o placar a 4 a 0, em 25 minutos.

Depois do intervalo, Agüero, que tornou-se no maior artilheiro da história do City em jogos pela liga inglesa, cabeceou contra a trave antes de completar sua tripla com uma cobrança de penalti, depois de Sterling ser derrubado por Cesar Azpilicueta. Sterling completou o passeio do City, completando um cruzamento rasteiro de Oleksandr Zinchenko, aos 35 minutos do segundo tempo. Foi a pior derrota do Chelsea desde o 7 a 0 contra o Nottingham Forest, em 1991.

Liga Portuguesa: Benfica aproxima-se do FC Porto com goleada do século

O Benfica goleou o Nacional por 10-0, em jogo a contar para a 21ª jornada da Liga Portuguesa de futebol. Foi a maior a maior goleada do campeonato dos últimos 55 anos que colocou as "águias" no segundo lugar, a 1 ponto do líder FC Porto.

Texto: Agências

Um resultado esmagador que, no campeonato, os adeptos do Benfica não viam desde o dia 2 de fevereiro de 1964, quando aplicou chapa 10 ao Seixal, numa tarde em que Eusébio fez seis golos. Aliás, desde essa tarde no velho Estádio da Luz que nenhuma equipa conseguiu um resultado tão volumoso.

Desta vez, os golos foram distribuídos pela equipa Grimaldo abriu a contagem aos 33 segundos, com Seferovic (21' e 27') a bisar ainda no primeiro tempo. A segunda parte trouxe sete golos apontados por João Félix (50'), Pizzi (54'), Ferro (56'), Rúben Dias (64'), Jonas (85' e 90') e Rafa Silva (88').

Mas o final de tarde na Luz foi um hino ao futebol de ataque e àquela que é uma das bandeiras do presidente Luís Filipe Vieira, a aposta na formação. É que três jogadores produtos do Seixal marcaram, primeiro João Félix, depois Ferro que se estreou como titular na equipa principal e depois Rúben Dias. Além disso, o treinador Bruno Lage aproveitou para lançar Florentino Luís, outro produto das escolas encarnadas. E para o dia ser perfeito para os benfiquistas, registou-se também o regresso de Jonas (o número 10 encarnado), que nos 17 minutos em que teve em campo fez... dois golos.

Tudo isto numa jornada em que o Benfica ficou a apenas um ponto do líder FC Porto, isto depois de ter estado a sete pontos quando Bruno Lage rendeu Rui Vitória no comando técnico da equipa.

Os encarnados deram um sinal claro de que estão prontos para a luta por aquilo que definiram de "reconquista" do título de campeão nacional, pelo que a luta nas 13 jornadas que faltam promete ser muito interessante.

Maduro pede apoio à OPEP e recebe silêncio

O Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, pediu à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que condene as sanções impostas pelos EUA contra a indústria do petróleo venezuelana. Mas, segundo a agência Reuters, a resposta da organização foi fria: a OPEP disse que está mais preocupada com as políticas relacionadas com o petróleo do que com a política internacional, e recusou-se a fazer um comunicado oficial.

A carta de Maduro foi enviada à OPEP a 29 de Janeiro, um dia depois de a Casa Branca ter anunciado que ia fechar o mercado norte-americano à indústria de petróleo da Venezuela. Mas o seu conteúdo só foi revelado esta segunda-feira, pela agência Reuters.

“O nosso país espera receber a solidariedade e o total apoio dos países-membros da OPEP e da sua conferência ministerial na luta que estamos a travar contra a intrusão ilegal e arbitrária dos EUA nos assuntos internos da Venezuela”, disse Nicolás Maduro.

Na mesma carta, o Presidente venezuelano disse que as sanções norte-americanas podem ter consequências negativas em todo o mercado global, com a queda de petróleo disponível no mercado e consequente subida dos preços.

A resposta da OPEP – ou a ausência dela, pelo menos publicamente – está em linha com a posição que a organização costuma ter perante conflitos de política internacional. No ano passado, depois de os Estados Unidos terem rasgado o acordo sobre o programa nuclear iraniano, a OPEP recusou um pedido do Irão para discutir a aplicação de sanções ao país pelo Presidente norte-americano, Donald Trump.

No final do mês passado, e quase de um dia para o outro, a já depauperada economia venezuelana ficou sem acesso ao seu maior mercado de exportação e à compra de produtos norte-americanos para misturar com o seu crude – uma operação essencial para que o petróleo venezuelano possa circular pelos oleodutos até aos portos.

Para além disso, as empresas norte-americanas foram proibidas de fazer negócios com a empresa estatal



Texto: Público de Portugal

“Não sei se os EUA têm um Plano B se isto não for suficiente para derubar Maduro”, disse ao New York Times Francisco Rodríguez, um economista venezuelano na empresa norte-americana Torino Capital. “Receio que se estas sanções forem implementadas na sua actual forma, podemos ser confrontados com um cenário de fome.”

Nos últimos dias, o Governo venezuelano rejeitou a entrada no país de camiões com alimentos e medicamentos, enviados pelos EUA. Os camiões estão parados na fronteira com a Colômbia porque o Governo venezuelano considera que a iniciativa é “uma mensagem de humilhação para o povo” a pedido dos seus opositores.

“Eles querem fazer uma caricatura de um país em crise humanitária, com um ditador e com os EUA a abrirem as mãos para ajudarem pessoas em sofrimento”, criticou Nicolás Maduro.

O país enfrenta uma escassez de alimentos e medicamentos como resultado do colapso da sua economia, que alguns analistas estimam em 50% desde a chegada de Nicolás Maduro ao poder, em 2013. Uma avaliação que não inclui as consequências das sanções norte-americanas.

“É evidente que isto não é uma missão humanitária”, disse ao New York Times Adam Isacson, responsável pelo acompanhamento da cooperação entre os EUA e as forças de segurança dos países da América Latina, na organização não-governamental norte-americana Washington Office on Latin America. “Eles querem forçar os militares venezuelanos a tomarem uma decisão [sobre se deixam, ou não, entrar os camiões]: vão ser amaldiçoados se deixarem e amaldiçoados se não deixarem.”

de petróleo da Venezuela e as contas do país em bancos norte-americanos foram congeladas.

As sanções norte-americanas seguem-se ao reconhecimento de Juan Guaidó como Presidente interino, em Janeiro, uma decisão que foi seguida entretanto por mais de 40 governos em todo o mundo, entre os quais o português.

Ajuda russa

Depois do anúncio das sanções norte-americanas, Maduro viu surgir-lhe uma linha de salvação a partir da Rússia. A gigante do petróleo Rosneft fez saber que espera um aumento da produção na Venezuela em 2019 em relação ao ano passado, considerando que a crise política no país é “temporária”.

Ainda assim, o apoio da Rússia e eventuais novos compradores do petróleo venezuelano podem não ser suficientes para colmatar o rombo provocado pelas sanções norte-americanas – não só os EUA são o maior mercado do petróleo venezuelano, como os possíveis novos compradores vão querer negociar fortes descontos nos barris rejeitados por causa das sanções norte-americanas.

Um cenário que faz temer um agravamento ainda maior da grave situação humanitária no país.

Mais de 100 pessoas morrem por ingestão de bebida falsificada na Índia

Mais de 100 pessoas morreram em dois Estados da Índia depois de consumirem bebida alcoólica falsificada, informaram a polícia e a mídia nesta segunda-feira, o pior caso do tipo em anos.

Muitos dos que morreram em Haridwar, no Estado de Uttarakhand, e em dois distritos do vizinho Uttar Pradesh se queixaram de dores abdominais e problemas respiratórios, disseram familiares e autoridades.

A polícia prendeu quatro pessoas ligadas às mortes, disse o superintendente-sênior da polícia de Haridwar, Janmajai Prabhakar, à Reuters.

“O total de fatalidades em Haridwar continua em 36, e neste momento cerca de 18 pessoas estão em trata-

mento”, disse.

Não foi possível obter números atualizados das autoridades de Uttar Pradesh nesta segunda-feira, mas ao menos 69 pessoas morreram no Estado, segundo os jornais Indian Express e Times of India.

As mortes causadas por bebida alcoólica produzida ilegalmente, conhecida como “hooch” ou “bebida do campo”, são recorrentes no país, onde muitos não podem pagar por bebidas industrializadas. Mas se

acredita que o saldo de mortes atual é o surto mais fatal desde um caso semelhante ocorrido em Bengala Ocidental em 2011 que deixou 172 mortos.

“Ele queixou-se de uma dor abdominal intensa, então o levei para tomar uma injeção”, contou a esposa de uma vítima, Hira Lal, à ANI, uma parceira da Reuters. “Ele melhorou em seguida e dormiu depois de voltar para casa. (Mas) a dor voltou, então o levamos de novo ao hospital e eles o internaram”.

Texto: Agências

Passam de 500 o número de mortos pelo vírus do ébola na RD Congo

O Ministério da Saúde da República Democrática do Congo (RDC) estimou o número de mortes devido ao surto do ébola no nordeste do país em 502, de acordo com os dados mais recentes divulgados pelo órgão.

Texto: Agências

Segundo o relatório divulgado no final da noite de sexta-feira, com números vigentes até o último dia 7, as autoridades indicam que, das 502 mortes, 441 foram confirmadas em laboratório e 61 são ainda prováveis.

Além disso, o número total de casos contagiosos é de 800, dos quais 739 são confirmados e 61 são prováveis.

Este surto – o mais letal da história da RDC e o segundo do mundo em mortes e casos, após a epidemia na África Ocidental de 2014 –, foi declarado no dia 1º de agosto de 2018 nas províncias de Kivu do Norte e Ituri.

Apesar disso, o controle da epidemia foi prejudicado devido à rejeição de algumas comunidades de receber tratamento e à insegurança na região, onde operam vários grupos armados.

Desporto

Presidente da FIFA denuncia corrupção em futebol africano

O presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA), Gianni Infantino, apela aos líderes africanos para porem termo à corrupção no seio do futebol no continente.

Texto: Agências

Infantino fez domingo um aparecimento histórico na 32.ª assembleia dos chefes de Estado da União Africana (UA), em Addis Abeba, aproveitando esta imensa oportunidade para abordar problemas sociais de África. Inquéritos da instância reitora do futebol mundial desvendou uma série de atos de corrupção no futebol africano.

Antes do Mundial de futebol de 2018 na Rússia, um responsável do futebol queniano foi suspenso, devido a acusações proferidas contra si relativamente a uma eventual corrupção num vídeo publicado por uma equipa de investigação ganense, identificada como Tiger Eye PI e dirigida por Anas Aremeyaw Anas.

Ahmed Hussein Suele, jornalista membro da equipa de Tiger Eye PI, que descobriu a corrupção por parte de responsáveis do futebol ganense em África, foi abatido a 16 de janeiro último em Accra, a capital do Gana, o que, a seu ver, revelou o estilo mafioso na gestão do futebol em África.

Nas últimas semanas, um inquérito da FIFA revelou um série de jogos falsos que implicam jogadores e responsáveis de empresas de apostas desportivas no Quênia. Infantino indicou que a corrupção, incluindo a organização de jogos e a segurança dos fãs de futebol em África, constitui uma ameaça ao futebol na maioria dos estádios africanos.

“Não podemos morrer ao irmos ver jogos de futebol. Achamos que o futebol pode ajudar a ensinar aptidões à vida diária, o espírito de equipa e o trabalho de equipa. Ganhar e perder é uma filosofia que queremos dar aos nossos filhos”, sublinhou.

O presidente da FIFA indicou que, durante o seu mandato, quase 112 milhões de dólares americanos foram consagrados ao desenvolvimento do futebol em África, dos quais 23 milhões investidos pela FIFA durante a sua eleição à frente da instituição. Ele também realçou o aumento do número de países participantes no Mundial da FIFA para permitir uma maior presença das equipas africanas nesta competição.

Num discurso, marcado por aplausos, o presidente da FIFA felicitou no entanto líderes africanos por lhe terem permitido discutir sobre questões de futebol durante a sua reunião, em reconhecimento dos esforços que visam promover o futebol em África.

“Finalmente, a UA fala num problema que une África. Estou aqui para oferecer um instrumento e transmitir uma mensagem. A FIFA está lá e o instrumento é o futebol. É muito mais do que um jogo”, declarou Infantino na cimeira.

Declarou que o futebol é um instrumento social suscetível de reforçar a coesão social em África e contribuir para a melhoria dos tratamentos sanitários, da educação e do crescimento económico.

“O entusiasmo para o futebol em África é único. Lembro-me de ter visto os Camarões empatarem com a Itália na minha adolescência, a Argélia vencer a Alemanha. É a vez de África vencer o Mundial”, vaticinou Gianni Infantino. Indicou que a sua participação na cimeira deve marcar o início duma parceria mais fecunda com a UA.

“El Chapo” considerado culpado de todos os crimes de que é acusado

O júri do tribunal de Brooklyn, em Nova Iorque, EUA, considerou esta terça-feira que o narcotraficante mexicano Joaquín Guzmán, mais conhecido por “El Chapo”, é culpado de todas as acusações de que é alvo e que deve ser condenado a prisão perpétua, avançou a Reuters.

O júri deliberou durante quase 34 horas, ao longo de seis dias, antes de chegar a um veredicto que pode colocar o narcotraficante na prisão para o resto da vida. Guzmán sentou-se e não demonstrou qualquer emoção enquanto o veredicto era lido, conta a agência noticiosa. Só depois de o júri ter abandonado a sala do tribunal, “El Chapo” e a sua esposa colocaram as mãos no coração e levantaram os polegares.

Os 12 jurados daquela cidade norte-americana consideraram homem mexicano culpado por dez crimes, incluindo de tráfico de droga, branqueamento de capitais, posse de arma ilegal e participação criminal no cartel de Sinaloa, onde foi líder. Todo o esquema de “El Chapo” poderá tê-lo feito lucrar mais de 12 mil milhões de euros (14 mil milhões de dólares), diz a CNN.

O que o julgamento revelou

A audiência a 56 testemunhas nos últimos três meses e o julgamento a “El Chapo” tem sido marcado pela descrição “meticulosa” sobre como o cartel traficou droga entre México e os Estados Unidos desde os anos 90. Os depoimentos recolhidos desde Novembro foram a principal base da acusação.

Segundo vários jornais norte-americanos, o julgamento revelou informações sobre a própria vida de “El Chapo”. O Tribunal Federal de Brooklyn, em Nova Iorque, acusou o narcotraficante de violar e fornecer drogas a menores. Segundo o testemunho de Alex Cifuentes, colombiano e ex-traficante de drogas do cartel de Sinaloa, Guzmán apelidava as raparigas mais jovens de “vitaminas” uma vez que afirmava que ter relações sexuais com elas lhes “dava vida”.

Durante o julgamento, segundo avança a BBC, Cifuentes também acusou Guzmán de subornar Enrique Peña, o ex-presidente mexicano, com 100 milhões de dólares (cerca de 88 milhões de euros) para que na altura da sua tomada de posse, em 2012, Peña cancelasse a caça ao homem por “El Chapo”.

Outra testemunha do julgamento afirmou ter visto Guzmán matar pelo menos três homens. O ex-guarda-costas do narcotraficante, Isaias Valdez Rios disse que Guzmán espancou duas pessoas que se aliaram a um cartel rival até se parecerem com “bonecas de pano”. Rios garante que depois disso, “El Chapo” disparou contra eles e ordenou que os seus corpos fossem queimados. Numa outra situação, Guzmán terá fei-

to Arellano Felix refém e levou-o para um cemitério onde o enterrou vivo.

Guzmán também é acusado de ter matado o primo por este ter dito que estava fora da cidade e de ter ordenado um golpe contra o irmão do líder de outro cartel porque este não lhe apertou a mão para o cumprimentar.

Até agora, “El Chapo” é a maior figura do narcotráfico mexicano a ser julgada nos Estados Unidos. Hoje com 61 anos, foi preso em 1993 pela primeira vez e fugiu da prisão oito anos depois, altura em que começou a estabelecer a sua rede criminosa de Sinaloa como o maior cartel do México. Eliminou rivais, subornou funcionários e até conseguiu um lugar na lista dos mais ricos do mundo elaborada pela revista Forbes.

Depois de mais de uma década à solta, Guzmán foi novamente preso em 2014. Mas, numa reviravolta humilhante para o governo mexicano, em Julho de 2015, fugiu da sua cela na prisão através de um túnel de um quilómetro e meio. Foi recapturado seis meses depois. Guzmán foi extraditado para os Estados Unidos em Janeiro de 2017 e desde Novembro do ano passado que estava a ser julgado em Nova Iorque.

Ataque suicida mata 27 membros da Guarda Revolucionária do Irão

Um homem-bomba matou pelo menos 27 membros da Guarda Revolucionária, força de elite do Irão, na quarta-feira, informou a agência de notícias Tasnim, no sudeste do país, numa região onde as forças de segurança enfrentam ataques de militantes sunitas.

Texto: Agências

O grupo sunita Jaish al Adl (Braço da Justiça) reivindicou a responsabilidade pelo ataque, informou a Fars.

Um carro-bomba atingiu um autocarro que transportava membros da Guarda, afirmou a força em um comunicado.

O ataque aconteceu na estrada entre as cidades de Zahedan e Khash, uma área volátil perto da fronteira com o Paquistão, onde grupos militantes e traficantes de drogas frequentemente operam.

Um vídeo postado pela Fars mostrou sangue e entulho na estrada no local do ataque.

Tumulto após comício de presidente nigeriano deixa pelo menos 14 mortos

Pelo menos 14 pessoas morreram e outras oito ficaram feridas, na terça-feira, durante um tumulto após um comício de campanha do presidente da Nigéria, Muhammadu Buhari, que busca a reeleição no próximo sábado.

Texto: Agências

Funcionários do Hospital Universitário de Port Harcourt (UPTH), cidade onde aconteceu a tragédia, confirmaram as 14 mortes que aconteceram depois que a multidão se amontoasse na saída do estádio Adokiye Amiesimaka, após um comício do Congresso de Todos os Progressistas (APC, sigla em inglês).

“Posso confirmar a morte de 14 pessoas até o momento. Inicialmente eram seis, mas os números mudaram à medida que os feridos foram trazidos e examinados. Há outros sob atendimento médico na Unidade de Emergências”, declarou o chefe de relações públicas do hospital, Kem Daniel-Elebiga.

O número de feridos é de pelo menos oito

pessoas, a maioria pisoteada por outros presentes ao evento, depois que simpatizantes do APC foram obrigados a deixar o local após o discurso de Buhari.

O presidente “acaba de ser informado da trágica morte de vários membros de seu partido durante um comício presidencial em Port Harcourt, no estado de Rivers”, lamentou a Presidência, através de um comunicado.

As eleições do próximo sábado no país mais populoso da África concorrem, além de Muhammadu Buhari e outros 71 candidatos, o ex-vice-presidente Atiku Abubakar, candidato da oposição pelo Partido Democrático Popular (PDP).

Incêndio em hotel na Índia mata 17 pessoas

Um incêndio atingiu um hotel em Nova Délhi nesta terça-feira matando 17 pessoas, disseram autoridades na capital indiana, levantando novas questões sobre os padrões de segurança em hotéis de baixo custo pouco regulados.

Texto: Agências

Operações frequentes de autoridades civis para fazer cumprir códigos de edificação, medidas de segurança contra incêndio e procedimento de retirada de pessoas fracassaram em restringir as violações em uma cidade de mais de 18 milhões de pessoas que se expande rapidamente.

“Dezessete pessoas não existem mais, eles morreram asfixiados, não pelo incêndio”, disse o vice-chefe dos Bombeiros Virendra

Singh, acrescentando que 35 pessoas foram resgatadas.

A maioria das vítimas estava dormindo quando o incêndio começou, aparentemente por causa de um curto circuito, disse a mídia. Entre os mortos estão uma mulher e uma criança que tentaram escapar pulando de uma janela no quinto andar do hotel no distrito de Karol Bagh. Parte do hotel estava reservado para uma festa de casamento.

Sociedade

Carlos Mesquita inaugura em Maputo novas instalações da Hyundai

Uma nova sede para a venda e assistência pós-venda de viaturas da marca sul-coreana Hyundai, foi, quarta-feira, 13 de Fevereiro, inaugurada, em Maputo, numa cerimónia dirigida pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



O investimento de 2.5 milhões de dólares norte-americanos, efectuado pela concessionária de veículos automóveis, Grupo Ronil, compreende um novo “showroom” e oficinas modernas, com capacidade para assistir até 20 viaturas por dia.

Intervindo na ocasião, Carlos Mesquita referiu que o investimento na área de comercialização, sobretudo, a venda de viaturas novas, manutenção e fornecimento de peças sobressalentes, enquadra-se na Prioridade II do Programa Quinquenal do Governo, referente à promoção do Desenvolvimento do Capital Humano e Social.

“É nossa visão que o País precisa de apostar na importação e comercialização de viaturas com a necessária garantia de qualidade, manutenção e, acima de tudo, o fornecimento de peças sobressalentes genuínas, combatendo desta feita a contrafacção que gera enormes prejuízos para a economia e para o consumidor final”, frisou o governante.

Moçambique, conforme sublinhou o titular da pasta dos Transportes e Comunicações, não pode continuar a ser o destino preferencial de viaturas usadas, sem qualquer garantia de assistência técnica.

Daí que, para o ministro, o investimento realizado pelo Grupo Ronil, para a comercialização e manutenção de produtos genuínos da marca Hyundai é um exemplo a ser consolidado por outros intervenientes no mercado automóvel nacional.

“A melhoria da assistência técnica de viaturas dos nossos concidadãos traz enormes benefícios, desde a capacitação e desenvolvimento da nossa força de trabalho, a redução de acidentes de viação motivados pelo mau estado técnico dos veículos, redução da poluição ambiental até à poupança de recursos, dada a prevenção de avarias e o aumento da longevidade dos veículos”, destacou.

A Ronil, que representa as marcas Mazda, BMW e Honda, é, igualmente, a nova concessionária da marca Hyundai em Moçambique. Para a presidente do Conselho de Administração da Ronil, Dalila Tsihlakis, a concessionária participa no desenvolvimento de Moçambique há mais de 62 anos, com uma longa história no ramo automóvel.

“Estamos prontos para dar todo o apoio comercial e técnico necessário para garantir o conforto e bem-estar que os moçambicanos merecem, razão pela qual a Ronil investiu na construção da nova infraestrutura, na formação de técnicos e compra de equipamentos com o objectivo de garantir a prestação de um serviço de excelência”, indicou Dalila Tsihlakis.